



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

**A POLÊMICA DOS PARDAIS: O DEBATE EM TORNO DA INTRODUÇÃO DE UM
PÁSSARO EXÓTICO NO BRASIL (1904-1941)**

FORTALEZA

2018

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

A POLÊMICA DOS PARDAIS: O DEBATE EM TORNO DA INTRODUÇÃO DE UM
PÁSSARO EXÓTICO NO BRASIL (1904-1941)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História. Área de concentração: História.

Orientador: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

FORTALEZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D418p Delmiro, Vinicius Franzoni.
A polêmica dos pardais : o debate em torno da introdução de um pássaro exótico no Brasil (1904-1941)
/ Vinicius Franzoni Delmiro. – 2018.
61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Curso de História, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

1. Pardal. 2. Urbanização. 3. Agricultura. 4. Tico-tico. I. Título.

CDD 900

VINÍCIUS FRANZONI DELMIRO

A POLÊMICA DOS PARDAIS: O DEBATE EM TORNO DA INTRODUÇÃO DE UM
PÁSSARO EXÓTICO NO BRASIL (1904-1941)

Monografia apresentada ao Curso de História
Bacharelado do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
História. Área de concentração: História.

Aprovada em: _25_ / _06_ / ____2018__.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco José Pinheiro (Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes (Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer, é de grande oportunidade para mostrarmos que não se fazem trabalhos, nem se trilham caminhos de forma isolada, mas sempre de forma conjunta. São muitas as pessoas com as quais sou grato e que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Vamos a elas.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre me apoiaram em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis, e me aguentaram de mau humor durante a realização deste trabalho. Aqui vai minha imensa gratidão por vocês.

Ao Prof. Almir, não somente pela orientação desta monografia, mas por todo o tempo de Iniciação Científica. Pela confiança, orientações, leituras e incentivo ao longo de toda a graduação, aqui vai meu muito obrigado.

Ao meu amigo e colega de PIBIC, Emanuel Rodolpho, pela parceria, trabalho e bons momentos ao longo destes anos de graduação. Agradeço também aos outros colegas e amigos de graduação, Beto Souza, Keyla Marques, Gabriel Lemos, por todas as conversas e leituras, aqui vão meus agradecimentos.

Quero agradecer também aos amigos do tempo de escola, Evangelista Júnior, Eduardo Gurgel e Pedro Felipe, pela amizade e parceria.

Aos professores que compõem a banca, Prof. Pinheiro, pelas primeiras leituras e indicações em Metec II e Prof. Kleiton, que me lançou bons questionamentos teóricos sobre o ato de pesquisar história ao longo de suas disciplinas. Agradeço de uma forma geral a todos os professores do Departamento de História, que contribuíram indiretamente para a realização deste trabalho, seja com leituras, questionamentos ou sugestões.

Ao Paulo e D. Joana da coordenação, por estarem sempre dispostos a tirarem minhas dúvidas e me ajudarem no que fosse preciso.

A todos que de alguma forma me ajudaram para a realização deste trabalho, e eu não tenha me recordado, muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o processo de introdução de uma ave exótica no território brasileiro, mais especificamente o pardal (*Passer domesticus*), através do entendimento do contexto histórico dos processos de urbanização, remodelação e higienização de várias capitais brasileiras entre o final do século XIX e o começo do XX. Entender os motivos que levaram o então prefeito Pereira Passos a trazer o pardal para embelezar as ruas e jardins do Rio de Janeiro. Compreender os posteriores debates e discussões ao longo da primeira metade do século XX, a respeito do pardal e suas relações com a agricultura, debatido na comissão da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1918, que foi amplamente divulgada nos jornais. Além disso, entender o antagonismo criado por alguns naturalistas, jornalistas e intelectuais entre o pardal, tido por alguns como um forasteiro e invasor, e o pássaro brasileiro tico-tico (*Zonotrichia capensis*), por serem aves semelhantes fisicamente.

Palavras-chave: Urbanização. Pardal. Agricultura. Tico-tico.

ABSTRACT

This present research has the objective to analyze the process of introduction of an exotic bird on the Brazilian territory, more specifically the House Sparrow (*Passer domesticus*), through the understanding of the historical context of the process of urbanization, remodeling and sanitation of several Brazilian capitals between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Understand the reasons that led the mayor at the time, Pereira Passos, to bring the House Sparrow to beautify the streets and gardens of the Rio de Janeiro. Comprehend the subsequent debates along the first half of the 20th century, about the House Sparrow and its relations with agriculture, debated in the Commission of the National Society of Agriculture (SNA) in 1918, which was very disclosed in the newspapers. Besides, understand the antagonism created for some naturalists, journalists and intellectuals between the House Sparrow, taken by some as an outsider and invader, and the Brazilian bird tico-tico (*Zonotrichia capensis*), for being physically similar birds.

Keywords: Urbanization. House Sparrow. Agriculture. Tico-tico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – História em quadrinhos: Revista <i>O Tico-Tico</i>	55
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCNC	Comissão de Construção da Nova Capital
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A REFORMA PEREIRA PASSOS E O EMBELEZAMENTO DAS CAPITAIS BRASILEIRAS.....	14
2.1	O contexto do Brasil no final do século XIX	14
2.2	“Haussmanização” do Rio de Janeiro	15
2.3	Reformas urbanas em São Paulo e Fortaleza	21
3	CONCEPÇÕES URBANAS: O MODELO DE PARIS NAS REFORMAS URBANAS BRASILEIRAS	28
3.1	Projetos modernizadores e espaços em disputa	28
3.2	Vilas operárias: habitações baratas e salubres.....	32
3.3	Adaptações do conceito Cidade-jardim e segregação territorial	34
4	A CHEGADA DOS PARDAIS E O INÍCIO DA POLÊMICA.....	40
4.1	A recepção aos pardais.....	40
4.2	A comissão da Sociedade Nacional de Agricultura.....	47
4.3	A disputa entre pardal e o tico-tico.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
	FONTES.....	60

1 INTRODUÇÃO

O caminho que percorri para chegar ao tema deste trabalho – os pardais – é um tanto longo e remete ao início da graduação, quando cursei a disciplina “História e Meio Ambiente”, no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Foi aí o primeiro contato que tive com as leituras e bases teóricas da História Ambiental, de autores como Regina Horta Duarte, José Augusto Drummond, Warren Dean, entre outros, que são os referenciais teóricos desta monografia. Além destes autores, outros autores da História Social e Cultural são referenciais importantes para o trabalho, como Nicolau Sevcenko, Jeffrey Needell, Margareth Rago, Jaime Larry Benchimol, dentre outros. Posteriormente, ingressei no projeto de iniciação a pesquisa científica “Prospecções Darwinistas no litoral do nordeste do Brasil” orientado pelo professor Almir Leal de Oliveira, que estudava as problemáticas darwinistas levantadas pelos professores da Stanford University em suas expedições ao Brasil, que também se enquadrava dentro do campo da História Ambiental e da História Social da Ciência e me motivou bastante a pesquisar neste campo.

Dentre as inúmeras possibilidades que esse campo de pesquisa oferece, o que mais me atraiu foi a história da ecologia, devido principalmente a sua grande interdisciplinaridade, uma questão que julgo importantíssima para a produção do conhecimento científico nos dias atuais, devido a profunda especialização em que a maioria dos pesquisadores se encontram na atualidade, com raras perspectivas de ver as relações e diálogos entre as áreas do conhecimento.

Pesquisando em bases de dados na Internet, como o *Biodiversity Heritage Library*, comecei a me interessar pelas produções científicas de zoólogos brasileiros do início do século XX e perceber que eles formavam uma espécie de círculo de intelectuais no Brasil, provavelmente por conta do número reduzido de cientistas no país. O Museu Paulista, o Museu Nacional, o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Butantan e o Instituto Biológico de São Paulo e ainda a atual Fundação Oswaldo Cruz (foi fundado sob a denominação de Instituto Soroterápico), formavam basicamente o círculo da ciência no Brasil naquela época, com correspondências entre suas pesquisas, que tinham como maiores preocupações, estudos sobre animais peçonhentos, vermes causadores de doenças e mosquitos vetores das doenças tropicais. Além destas instituições citadas, o Inspetoria de Obras Contra as Secas, criado em 1909, com sede em Fortaleza, durante as primeiras décadas do século XX, produziu inúmeras pesquisas sobre a região do semiárido brasileiro, tendo como foco principal o combate as secas periódicas que atingem a região.

Mas foi a leitura de um artigo da professora Regina Horta Duarte, intitulado

“Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938”, que me lançou várias ideias e questões interessantes, quando eu estava na empreitada de encontrar um tema de pesquisa que fosse instigante. Por isso, as problemáticas que este artigo em específico traz, permeiam vários pontos da monografia, mais fortemente o último capítulo, que trata das polêmicas em si. Questões como a crítica feita por zoólogos e cientistas no começo do século ao liberalismo, feita por intelectuais como Alberto Torres, de que este seria um modelo que estaria destruindo a maior riqueza que o Brasil possuía, que seria a natureza. E ainda as questões do conservacionismo e da utilidade de certos pássaros para a agricultura.

Outro fator que colaborou, foi o contato com a produção de um dos zoólogos de destaque na polêmica, Rodolpho von Ihering, que através de um de seus artigos sobre os pardais, me fez nutrir grande interesse a pesquisar sobre o tema. E por fim, o contato com os estudos de outro naturalista, mais especificamente um ornitólogo (estudioso das aves), Oliveira Pinto, que não teve tanto protagonismo na polêmica dos pardais propriamente, mas que era um zoólogo de destaque nesse campo de estudo. Foi esta combinação de leituras que me levou a questão das aves, e mais especificamente, a problemática dos pardais, desde quando chegaram ao Brasil e os desdobramentos e debates daí decorrentes.

O ímpeto “afrancesador” da Primeira República, a qual Nicolau Sevchenko se refere como sendo “arrivista”, foi provavelmente o maior motivador para a vinda do pardal, que é originário da região do Leste Europeu e Oeste Asiático, mas que durante a idade moderna se fazia presente em quase todos os países da Europa Ocidental, haja vista que ao longo da polêmica são citados casos de lugares onde a presença ou ausência do pardal, alterou a quantidade das safras, para mais ou para menos. E durante o século XIX foi bastante comum ser citado como um pássaro francês, mais marcadamente parisiense, voando pelas praças e vilarejos da capital francesa, segundo Olavo Bilac. Ainda no século XIX, este pássaro fora levado para outros cantos do mundo, como Estados Unidos – onde foram feitos inúmeros estudos a respeito de sua influência na agricultura - e na Argentina.

No capítulo 2, abordarei o contexto histórico do final do XIX no Brasil, bem como as reformas urbanísticas, sociais e estruturais por quais passaram várias capitais brasileiras, com ênfase dada à então Capital Federal, São Paulo e Fortaleza. Mostrar como essas mudanças refletiam a vontade dos administradores municipais, estaduais e federais em modernizar o Brasil, transformando-as, ou melhor, dando ares as capitais brasileiras de grandes cidades europeias.

No capítulo 3, tratarei de temas como por exemplo, como após estas reformas no início do século XX alteraram a configuração espacial e cultural destas cidades, e que dentro

das reformas e de algumas revoltas populares que aconteceram neste período, havia uma disputa pelo espaço e pela permanência de modos de vida, que estavam sendo rechaçados e em sua substituição outros estavam sendo impostos, modos estes que seriam “civilizados” e levariam o país ao “progresso”.

No capítulo 4, abordo a questão do pardal propriamente, iniciando com as primeiras notícias que saíram na imprensa a respeito da chegada do pássaro e posteriormente as polêmicas e debates que causaram por conta de inúmeros motivos, entre os principais, a problemática da interferência do pássaro nas plantações e as questões de se adotar uma ave exótica em meio a rica fauna ornitológica presente em nosso país. Por último, trato da polêmica entre o pardal e o tico-tico, onde há uma disputa de discurso nacionalista, principalmente se levarmos em consideração que este debate específico se tornou mais relevante nos anos 1930 e 1940.

2 A REFORMA PEREIRA PASSOS E O EMBELEZAMENTO DO RIO DE JANEIRO

2.1 O Contexto do Brasil no final do século XIX

O contexto social e político do Brasil no final do século XIX foi conturbado, marcado principalmente pelo fim da escravidão e da República. Tanto o período final do Império quanto o começo da República foram marcados por muita instabilidade política. O Império via-se ameaçado pelo movimento republicano que se fortaleceu desde os anos 1870, mas que não era um movimento unificado em torno de pautas semelhantes, mas dividido basicamente entre os grandes produtores de café do Oeste Paulista e os segmentos urbanos das grandes cidades brasileiras, em especial o Rio de Janeiro. O movimento abolicionista que ganhou força nos anos 1870, o fortalecimento do Exército após a Guerra do Paraguai tendo em vista o protagonismo que este passou a ter na política do país e a insatisfação de grande parte da elite paulista com a falta de protagonismo político frente ao governo central, foram as principais causas da queda do Império (COSTA, 2007). Para além disso, o Imperador com a saúde debilitada ficou impossibilitado de negociar com os já referidos segmentos sociais e após a abolição da escravidão, o reinado de D. Pedro II (1840-1889) estava com os dias contados, a questão a partir daí foram as disputas para saber qual dos grupos políticos da ocasião tomaria o poder.

A República nasce de um golpe militar apoiado majoritariamente pelos militares e em parte os republicanos menos ortodoxos. O local de onde vinham a maior parte dos militares republicanos da época era da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, local de grande divulgação das ideias positivistas e cientificistas do final do século XIX. As camadas médias urbanas, formadas em grande parte por funcionários públicos e profissionais liberais formavam um outro segmento republicano da época, além dos cafeicultores paulistas que tinham uma visão de República bem mais conservadora que os dois primeiros grupos. Deodoro da Fonseca (1889-1891), o primeiro presidente da República, e a constituição promulgada em 1891, à elege presidente, no entanto, um golpe tramado pelo seu vice Floriano Peixoto (1891-1894), retira-o do poder. Floriano, também conhecido por ser o representante do jacobinismo brasileiro, era adepto de um governo forte e centralizador, que queria modernizar o país incentivando a industrialização e combatendo as revoltas com força bruta. No entanto, Floriano tinha que contar com o apoio da elite paulista, pois o Rio Grande do Sul estava em guerra civil e São Paulo seria uma espécie de proteção contra um possível engrandecimento do movimento dos rebeldes gaúchos.

Com o apoio de Floriano, a elite paulista conseguiu “eleger” Prudente de Moraes (1894-1898), o primeiro presidente paulista e representante dos interesses dos grandes cafeicultores. Entretanto, o governo de Prudente de Moraes ainda foi um período de instabilidade com tentativas de golpes dentro de seu próprio governo e o combate do governo republicano ao movimento popular de Canudos. Vítima de tentativas de golpes e atentados, Prudente de Moraes governa em estado de sítio (como tinha sido quase todo o período republicano até ali), e tira a possibilidade de tomada do poder por parte dos republicanos radicais, e outro latifundiário substitui na presidência, o paulista Campos Sales (1898-1902).

No governo de Campos Sales, pela primeira vez na República houve um período de maior estabilidade política, com a sequência de dois presidentes representantes da elite cafeeira paulista e a subsequente associação desta com outras elites regionais e a partir daí uma espécie de revezamento entre as elites no poder, o que ficou conhecido como política dos governadores, que ditou o tom em quase todo o período da Primeira República. Sales defendeu os interesses agroexportadores dos grandes produtores de café do Oeste Paulista adotando uma política econômica liberal, que ficou conhecida como Encilhamento.

Esta relativa estabilidade política, com a vitória das elites tradicionais e o afastamento da possibilidade da subida dos radicais ao poder, que ocorreu no governo de Campos Sales, permitiu condições para uma vida urbana e cultural mais intensa na República, pelo menos para as elites que podiam desfrutar desses privilégios. O aumento da população urbana, o impacto de novas ideologias e a importação dos padrões de comportamento europeu transformaram bastante a vida urbana do Rio de Janeiro no final do século XIX, transformando-a em algo mais do que um ponto de encontro das elites e passando a ter uma vida cultural e política própria.

2.2 “Hausmanização” do Rio de Janeiro

O então centro cultural do país naquela época, o Rio de Janeiro, já havia sido capital do vice-reino desde 1763 e em 1808 recebeu a Corte Portuguesa, tendo sido a capital do Império, o que a consolidou como a cidade mais importante do país ao longo do século XIX. Durante esse tempo, a cidade passou por várias mudanças, em 1808 com a vinda da família real, a cidade foi reformada com a implantação de equipamentos culturais e instituições científicas, como o Jardim Botânico, o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Academia de Belas Artes, dentre outros (PAMPLONA, 2003). No período do 2º Reinado, a cidade passou por algumas reformas e ganhou algumas inovações, visto que a população da cidade estava

crecendo em larga escala e a produção do café para exportação também demandava um porto maior. Ferrovias, telégrafos, transporte urbano, iluminação pública e instalação de tubulações de esgoto foram algumas das inovações daquele período em que o Brasil estava num crescente econômico com as altas taxas de exportação do café. No entanto as reformas sempre aconteceram em um ritmo lento, foram mudanças graduais, que não faziam com que a cidade deixasse de transparecer seu ar profundamente rural.

A República consolidada queria modernizar a sua capital em múltiplos sentidos, tanto no que se refere ao arquitetônico e paisagístico, quanto ao transporte, mobilidade e limpeza urbana. No entanto, essas reformas não tinham intenção de alterar as estruturas da sociedade da época, mas sim de reforçá-las e expor as expressões da *Belle Époque* carioca. O grande interesse da elite brasileira em reformar o Rio de Janeiro, movida por ideais europeus de modernização e progresso, era apagar as marcas coloniais e rurais que existiam na cidade.

A imagem que a elite brasileira queria passar para o resto do mundo, mais especificamente os EUA e a Europa, era a de uma cidade moderna, civilizada e cosmopolita. Por isso o desejo de apagar as marcas coloniais, ou seja, os antigos casarões de arquiteturas ultrapassadas, as ruas estreitas e mal ventiladas, os cortiços e a população pobre no centro da cidade. Tudo que estivesse ligado ao período colonial ou imperial, que tivesse relações com o inculto ou não civilizado para os padrões europeus da época, era preciso ser eliminado. Este trecho de uma notícia na *Gazeta de Notícias* em 31 de julho de 1904, mostra esta preocupação:

Com os capitaes empregados vai fazer-se a transformação desta velha cidade, que ainda conserva o seu anachronico aspecto colonial. É o embellezamento e saneamento da nossa capital que estão em jogo. Essas modificações decidirão, ao mesmo tempo da nossa reputação na Europa[...] GAZETA DE NOTÍCIAS, 1904).

A *Belle Époque* carioca foi marcada quase em sua totalidade, de estrangeirismos, tanto no que se refere aos produtos importados, vindos principalmente da França e da Inglaterra, quanto das ideologias que formaram o pensamento da elite intelectual brasileira durante a Primeira República. Outra intenção das reformas no Rio, era proporcionar o divertimento à moda francesa para a elite brasileira, com os passeios ao parque e o culto as artes apreciadas na França no século XIX.

Para além da abertura de ruas e avenidas, demolição de cortiços e moradias populares no centro, consideradas insalubres, da vacinação obrigatória e do discurso higienista, essa mesma elite queria acabar com determinadas práticas das camadas populares. Muitos dos rituais e costumes largamente praticados pelos mais pobres que tinham raízes na Capital Federal

foram proibidos, pois queria-se derrubar não só as construções, mas também as práticas culturais, pois as pessoas e os lugares onde se dão estas manifestações são constantemente associados ao mundo do crime, da vagabundagem e da ociosidade na linguagem policial. É assim que a elite vai desqualificar as moradias e os costumes das classes mais baixas (VELLOSO, 1988).

Dadas as condições políticas e financeiras, durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), e o governo da capital da República sendo entregue a Pereira Passos (1902-1906) com direito a amplos poderes, foi planejada uma reforma urbana de grandes proporções, com demolição de casarões antigos, alargamento de ruas e criação de avenidas e bulevares, dentre outras mudanças de impacto. Pereira Passos era um engenheiro carioca, formado na Escola Militar do Império, morou em Paris durante a execução da reforma urbana comandada pelo barão Haussmann (1853-1870) evento que marcou profundamente sua vida e foi a sua grande influência e modelo para a reforma no Rio de Janeiro. Voltou ao Brasil em 1860, mas com algumas idas à Europa durante as décadas seguintes, trabalhou em grandes obras do período imperial, tendo participado da construção de importantes ferrovias como a Santos-Jundiaí, posteriormente ocupou o cargo de engenheiro do Ministério de Obras Públicas do Império. Nesta época, quando o Imperador executou algumas mudanças na capital do Império, Passos elaborou um projeto de reforma para a cidade fortemente inspirado no que ocorrera em Paris, projeto este que D. Pedro II chamou de “Haussmanização” do Rio de Janeiro, tendo as suas ideias sido rejeitadas na época.

Somente no período republicano, sendo prefeito da cidade, é que Pereira Passos conseguiu conduzir a reforma que idealizava no Rio de Janeiro. A estabilidade política e financeira, bem como os amplos poderes que lhe foram concedidos durante seu período como prefeito possibilitaram a reforma na capital do país, visto que na primeira década da República o primordial era a sobrevivência política e a consolidação do regime. Esta reforma era já sonhada por parte da elite brasileira, visto que o retrato do Rio de Janeiro recém-saído do Império era decadente e vergonhoso aos olhos dessa mesma elite. A capital era um lugar exótico, de arquitetura predominantemente colonial, com as ruas tomadas pela multidão de trabalhadores, vendedores ambulantes e os escravos que foram libertos pela Lei Áurea, os cortiços lotados e insalubres, o centro da cidade eram um local malvisto pela elite republicana, que desejava transformar o centro em lugar de prédios comerciais e financeiros, equipamentos culturais e de entretenimento. Sem contar com as pestes e doenças que assolavam constantemente a cidade, por conta das morais superlotadas, sujas e sem tratamento de esgoto.

A reforma do porto e de seus arredores seria de grande importância naquele contexto, visto que:

Muito cedo ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os trocos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos de comércio de atacado e varejo da cidade. (SEVCENKO, 1983)

A reforma urbana executada no Rio de Janeiro durante a primeira década da República, comandada por Pereira Passos e que contava com os trabalhos de Lauro Muller como ministro dos Transportes e Obras Públicas, e Paulo de Frontin e Francisco de Botelho responsáveis pelas obras na área do porto, foi clara e propositadamente inspirada na reforma executada pelo barão Haussmann em Paris, em meados do século XIX, visto que esta reforma tinha vários adeptos ao redor do mundo e o seu modelo já tinha sido copiado em outras grandes cidades como Buenos Aires, Lisboa, Bruxelas, dentre outras (NEEDELL, 1993). A reforma da França ocorreu após um período de intensa industrialização e explosão populacional, o que acabou trazendo congestionamentos das vias estreitas e as constantes epidemias, devido as condições de moradias insalubres. A reforma alargou ruas e avenidas e demoliu boa parte dos cortiços da capital francesa, com o intuito de higienizar a cidade e neutralizar o proletariado, já que a maioria das manifestações aconteciam nas ruas estreitas do centro, o que dificultava o trabalho das forças governamentais em conter a revoltas e protestos populares (BENCHIMOL, 1992).

Para Sevcenko (1983), a Capital Federal estava passando por um processo de “regeneração”, sob o comando das classes aburguesadas, na tentativa de dissolver a cidade velha e a sociedade imperial, e de montar uma nova estrutura urbana baseada na indústria e no progresso. O autor traça quatro características fundamentais desse processo, entre eles, a rejeição dos hábitos e costumes ligados a sociedade tradicional, a negação da cultura popular em suas mais diversas formas e intensidades, bem como a construção de uma cidade para aproveitamento e lazer quase que exclusivamente da burguesia e um certo cosmopolitismo agressivo.

Algo semelhante ao que aconteceu em Paris, foi executado no Rio de Janeiro. Alargamento de ruas e avenidas e a criação de bulevares tinham várias intenções e propósitos. Um deles era justamente impedir rebeliões populares, mas também o melhoramento e fluidez

da locomoção entre partes distantes da cidade sem necessariamente passar pelo tumultuado centro era uma das intenções destas ações, com cruzamentos perpendiculares, em especial um grande cruzamento de duas grandes vias que se cruzam na região central da cidade era um dos pontos importantes da reforma. Para além destes fatores, a questão higienista também contribuiu para o alargamento das vias, já que a ideia de que um maior fluxo de ar circulando nas ruas afastaria os miasmas das grandes concentrações urbanas, diminuindo assim as epidemias.

O alargamento das ruas e a construção de novas avenidas que “rasgavam” o centro da Cidade Velha daria maior rapidez na conexão com o porto, que também estava passando por uma grande reestruturação, tanto no porto em si, quanto nos arredores, para atender as demandas de circulação de mercadorias entre o Brasil, que exportava café, e o Atlântico Norte que comercializava, entre outras coisas, artigos de luxo.

Outro intuito da reforma Pereira Passos, como já foi dito, era a destruição das vilas operárias e cortiços que tinham se proliferado no centro da cidade, principalmente desde os anos 1870, quando a população da cidade começou a crescer vertiginosamente. A demolição dessas moradias e dos casarões coloniais que marcaram a Cidade Velha, trariam a limpeza e a sofisticação necessária para a capital, na visão dos engenheiros responsáveis pela reforma, pois “desinfetaria” aquele local da cidade, que era sujo e era um sinal de atraso, segundo a ótica higienista. A retirada dos operários das moradias em ruas estreitas também dificultaria que estes se rebelassem e fizessem grandes manifestações, como aconteceu em Paris.

Segundo Chalhoub (1996), os cortiços do centro do Rio já vinham sendo alvo de ataques das autoridades desde os tempos do Império, por supostamente, serem os cortiços, locais para abrigos de todo tipo de criminosos, ociosos, práticas ilícitas e também refúgio para escravos fugidos. Além da questão moral, que ganhava mais respaldo nas teorias raciais em voga na época; havia a questão higienista, colocando os cortiços como locais inapropriados para moradia, devido às estruturas de construção, da falta de ventilação e da falta de destinação adequado para o esgoto e o lixo. Havia uma lei do Império que tentou proibir a construção de cortiços no centro do Rio de Janeiro, no entanto, a falta de uma definição criteriosa do que era um cortiço, e sua respectiva diferenciação com outros tipos de habitações populares e modestas, bem como a negligência de alguns agentes do poder público, dava margens para que cortiços continuassem sendo erguidos.

O terceiro ponto da reforma foi o embelezamento do Rio de Janeiro. A construção de grandes prédios e edifícios públicos nas novas avenidas alargadas, representaria a grandeza e a opulência da cidade. A Avenida Central; que depois passou a ser chamada de Rio Branco,

em homenagem ao diplomata que havia falecido; é o grande marco da reforma em todos os aspectos, como mostra Needell na passagem a seguir:

“A avenida havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias- ela foi concebida como uma proclamação. Quando, em 1910, seus edifícios ficaram prontos, e o conceito da avenida se completou, uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente ‘civilizado’- duas muralhas paralelas de edifícios que refletiam o máximo bom gosto existente- e um monumento ao progresso do país.” (NEDELL, 1993)

Tanto no prático e racional, com a melhoria de fluxo e da circulação de ar e luz, quanto no sentido estético, com seus prédios e monumentos importantes que valorizassem as glórias passadas, as fachadas das lojas meticulosamente projetadas e os jardins nas praças públicas. Em outras palavras, a Avenida Rio Branco era a representação concreta do que a elite da *Belle Époque* carioca considerava ser a “civilização”, com os prédios comerciais para tratar dos negócios, os grandes edifícios públicos como o Teatro Municipal e a Escola Nacional de Belas-Artes no final da avenida e os espaços de lazer para esta elite, com os jardins e os teatros.

A pavimentação de ruas, construção de calçadas e túneis padronizados, o início do que se tornaria a Avenida Atlântica, a reforma do mercado municipal e de praças como a Quinze de Novembro, Onze de Junho, Tiradentes, Glória, Largo do Machado e do Passeio Público foram algumas das ações da reforma no centro da cidade. Com a Avenida Rio Branco representando uma espécie de vitrine da “civilização”, destinada a abrigar edifícios comerciais, da imprensa e também às lojas destinadas ao consumo de bens de luxo importados e recreação da elite carioca.

O estilo arquitetônico das construções privilegiou o urbanístico, a circulação, utilizando-se maciçamente de vidro e ferro fundido nas construções. Os monumentos, estátuas e obeliscos nos pontos principais da Avenida Rio Branco formavam um contraste simbólico, entre a realidade neocolonial e o dinamismo da metrópole, visto que estas construções valorizavam o heroico e a tradição, seguindo claramente os moldes da reforma do barão Haussmann.

A reforma urbana do Rio também tinha a intenção de apagar certas tradições, muitas delas ainda do período colonial, que eram tidos como “bárbaros” e “incultos”. A proibição dos animais no perímetro urbano como vacas de vendedores de leite a domicílio, porcos, cães vadios e cavalos, tão comuns nas cidades brasileiras até então, foram retirados pois, segundo a visão higienista seres humanos não deveriam manter muito contato com animais. Ainda sob essa mesma perspectiva, foi proibido o comércio de alimentos nas ruas por ambulantes, bem como

cuspir no chão do bonde. A proibição do estruendo e dos cordões durante o carnaval foi outra medida tomada pelo governo para apagar os resquícios dos costumes considerados atrasados e ligados de certa forma, ao Brasil colonial, as influências dos elementos da cultura africana, que para os padrões da época, era considerada inferior (NEEDELL, 1993).

2.3 Reformas urbanas em São Paulo e Fortaleza

Assim como no Rio de Janeiro, outras cidades brasileiras estavam passando por mudanças urbanísticas, econômicas e sociais entre o fim do Império e o início do período republicano. Em São Paulo, por exemplo, a cidade mudou radicalmente nos anos 1910 em comparação há 50 anos antes, quando a cidade estava começando a receber os primeiros quilômetros de via férrea. Esse último fator foi decisivo na guinada de crescimento que São Paulo viu acontecer nas últimas décadas do século XIX, pois deixou de ser uma pequena cidade com ares de vila, de difícil acesso, para passar a ser ponto de encontro e das rotas do café que vinha do Oeste paulista e se destinava ao porto de Santos. A ligação por trem com a então Capital do país, pela estrada de ferro Central do Brasil, facilitou o deslocamento de pessoas e de cargas, o que dinamizou em alta proporção a economia da região, em especial a produção do café, que antes demorava semanas para chegar aos portos, sendo levada por animais de carga.

Com o crescimento econômico, necessitou-se de mão-de-obra, e como a escravidão estava em decadência após a década de 1870, a imigração estrangeira foi bastante estimulada, ainda que a imigração interna de escravos tenha colaborado bastante para os braços da lavoura cafeeira durante o período imperial.

Portanto, entre as décadas de 1870 e 1890, a economia paulista teve grande dinamização, devido principalmente a conexão com outros lugares do país e com o início da industrialização na cidade de São Paulo, fruto dos investimentos dos grandes produtores de café em outras áreas. A partir da década de 1890, pôde-se perceber o aparecimento de uma nova classe capitalista; o influxo de fazendeiros para a cidade; o abandono das ocupações rurais pelas comerciais, intelectuais e burocráticas e a grande presença de imigrantes, que com dificuldade de conseguir terras próprias no interior, dirigiram-se majoritariamente para a capital do estado para se ocuparem na indústria e no comércio (MORSE, 1970).

As transformações econômicas geralmente são acompanhadas de mudanças urbanísticas e estruturais, devido principalmente ao grande crescimento da população em um

curto espaço de tempo, pois em cerca de 40 anos, São Paulo deixou de ter a população de uma pequena cidade, para ter a população de uma grande cidade brasileira. João Teodoro Xavier foi um dos primeiros presidentes da província que realizou mudanças na cidade, entre 1872 e 1875, com metade do orçamento gasto para o embelezamento da capital. Dentre as mudanças, podemos citar o alargamento de ruas, ligação entre os bairros através de novas ruas e avenidas, abertura de novas ruas e desapropriação de prédios velhos. Logo depois vieram a instalação da iluminação a gás, redes de abastecimento de água e esgoto, com a Cantareira servindo para o abastecimento, e o esgoto sendo despejado no Tietê (MORSE, 1970).

A partir daí começou a ocupação dos bairros vizinhos ao antigo centro, com a construção de pontes e viadutos sobre o Rio Anhangabaú, com o viaduto sobre o vale tendo sido construído em 1877 e o do Chá em 1892. Pessoas de grande poder aquisitivo, geralmente industriais ou empresas de fornecimento de transporte ou eletricidade passaram a adquirir terrenos nos bairros que circundam o centro como Vila Mariana, Liberdade, Campos Elíseos e Mooca, comprando grandes quantidades de terra à preços baixos e vendendo à preços altos. A empresa *Light and Power* por exemplo, deteve por décadas, o controle sobre serviços de transporte, fornecimento de gás e energia, e, portanto, tinha grande poder sobre o mercado imobiliário da época, fazendo com que a presença dos serviços valorizasse ou desvalorizasse a área rapidamente (MORAES, 1994). Frederico Glette em 1879 adquiriu a chácara Campos Elíseos, abriu ruas e vendeu os lotes por oito vezes o valor pelo qual havia comprado. Os terrenos mais baixos e úmidos, geralmente ao longo das linhas férreas, foram ocupados pelas indústrias e as vilas operárias que foram construídas posteriormente, em sua maioria na região do Brás e da Mooca, bairros majoritariamente habitados na época por imigrantes italianos.

Com o crescimento desordenado e não planejado da cidade, fez com que áreas comerciais, industriais e residenciais de classe média e de classe alta estivessem à distância de poucos quarteirões. Serviços como: limpeza da cidade, serviços de coleta de lixo e esgoto, pavimentação de ruas foram incapazes de absorver o crescimento acelerado, fazendo com que riachos sem drenagem adequada e terrenos baldios virassem focos de doenças. O Código Municipal de Posturas de 1886, proibiu então que cavalos cavalgassem nas ruas centrais, que tavernas ficassem abertas depois das 10hs da noite, determinou também a largura e formato das ruas e praças a serem construídas, tudo isso fortemente legitimado pelo discurso médico higienista. Não se limitaram ao espaço público as ordenações do Código, este exigiu também que as construções tivessem espaço para circulação de ar e limpeza dos cômodos coletivos, no entanto, nem todas essas leis foram efetivamente cumpridas.

A decadência dos sobrados patriarcais do centro da cidade e a presença de moradias

coletivas (cortiços) insalubres, devido à falta de moradia para a população mais pobre, fez com que a região central da cidade se tornasse uma área perseguida pelas autoridades médico sanitárias, que ao longo dos anos, devastou vários cortiços da região, com o ápice na comissão de investigação dos cortiços em 1893, que concluiu em relatório, a necessidade de serem demolidos, devido a falta de higiene e contaminação do ar que aquelas moradias tinham, por conta da grande concentração de pessoas em cômodos apertados. Como “alternativa” para essa população foram construídas diversas vilas operárias ao redor das fábricas, com a intenção de cercar o espaço e suprir as necessidades daquelas pessoas em um único lugar.

As vilas operárias eram geralmente terrenos loteados que pertenciam a donos de indústrias, que construía ali perto das fábricas, casas simples, adequadas sob a ótica higienista, com cômodos separados e que fossem minimamente confortáveis para a família dos operários viverem. Por ser propriedade dos empresários, os operários quase sempre pagavam a casa tendo descontos no salário e para além disso criava-se todo um aparato e estrutura para que não fosse necessário o operário sair do ambiente da vila da fábrica. Eram construídas escolas para as crianças (geralmente administradas pela Igreja), capelas, mercearias e em alguns casos clubes recreativos e hospitais. Sob a visão médica da época, era preciso moldar os trabalhadores, dando-lhes o mínimo de conforto e tudo que fosse necessário para sua saúde, para que não caíssem nos males do alcoolismo, na prostituição ou a vadiagem, pois os bares e bordéis eram considerados locais de desvalorização moral, afetando a integridade dos trabalhadores (RAGO, 1985).

Assim, aos poucos foi delineando-se os contornos da cidade, com bairros operários como Mooca, Brás e Bom Retiro, outros como Vila Buarque, Santa Cecília e Campos Elíseos onde antes haviam grandes chácaras, foram loteados e construídos bairros residenciais de alto padrão. Na encosta do maciço, bairros como Higienópolis e Pacaembu estabeleceram-se grandes propriedades, assim como na Avenida Paulista, que se tornou símbolo da elite cafeeira paulista, e necessitava de obras que lhe dessem ares de modernidade, como mostra essa notícia no *Correio Paulistano* a respeito de uma obra que estava sendo almejada pela prefeitura:

Aproveitando a estada, em São Paulo, do sr. Barry Parker, reputado architecto-paizagista, o sr. prefeito municipal encarregou-o de estudar um projeto que arrematasse exteriormente os dois inacabados parques da avenida Paulista e os ligasse com o Belvedere fronteiro, por uma só concepção architectonica, com o minimo prejuizo das obras já feitas, de modo a que as tres partes actuaes, que estão inteiramente separadas, constituam harmonicamente um só e agradável logradouro publico, atrahente e convidativo, prestando á população de S. Paulo os serviços que lhes foram destinados.

Aliás, tal projeto não é sinão reprodução de medida administrativa, pois cousa já foi feita com pequenos serviços, na ligação da explanada do Theatro Municipal ao Parque do Anhangabahu, tornando-os um só logradouro (CORREIO PAULISTANO, 1919).

Aos poucos, a elite da cidade foi se distanciando do centro e construindo casas e bairros ao estilo europeu, fortemente influenciados por franceses e ingleses, de padrão “civilizado”, com ruas limpas, tranquilas e planejadas. Em 1912, a *City of San Paulo Improvements and Freehold Land. Co. Ltd.* comprou 12 milhões de m² na zona oeste de São Paulo para construir sob o desenho e comando de Barry Parker, um bairro planejado ao estilo europeu, nos moldes dos conceitos de cidade-jardim, mais precisamente nesse caso, bairro-jardim, uma adaptação do conceito que será discutida mais a frente neste trabalho.

O bairro Jardim América, foi construído na década de 1910, tendo sido considerado o bairro mais moderno da cidade na época. Foi projetado totalmente ao estilo europeu, com geometria padrão na construção das ruas, áreas arborizadas, bangalôs ao estilo inglês, determinação do tamanho das propriedades e títulos de propriedade regularizados. No entanto, este bairro foi uma exceção, pois o crescimento de São Paulo na virada do século XIX para o XX, se deu de forma bastante desordenada e confusa, com pouquíssimo planejamento, sem o Estado conseguindo atender as necessidades mais básicas da população em todos os bairros da cidade.

Durante o governo de Antônio Prado na prefeitura da cidade, entre 1899 e 1910, foi um período de muitas mudanças urbanísticas e sanitárias para São Paulo. O melhoramento da estrutura sanitária da cidade, com ampliação do serviço de saneamento básico, a criação do Instituto Bacteriológico em 1892 e do Butantã em 1901, tinham o intuito de combater epidemias e doenças contagiosas que acometiam as populações nos grandes centros urbanos brasileiros (MORAES, 1994). A ampliação da rede de transporte, a reforma de ruas no centro, com o remodelamento de praças ao estilo europeu, com a inauguração do Teatro Municipal em 1911, e o novo mercado foram medidas embelezadoras no centro de São Paulo no início do período republicano. Várias dessas construções foram projetadas pelo arquiteto Ramos de Azevedo, que foi muito influente no estilo arquitetônico das construções paulistas da época.

A influência europeia não adentrou somente nas questões da engenharia e da medicina, mas se fez fortemente presente na cultura através da prática de esportes como o football e a esgrima, a presença de cinemas e cafés no centro da cidade. Lojas com as novas tendências da moda europeia, confeitarias e concertos no jardim, vieram para atender as demandas de lazer e consumo da elite paulista. Os passeios em família nas ruas, que era algo incomum e raro de se ver, passaram a ser uma atividade higiênica e recreativa.

Morse (1970), afirma que aos poucos a anatomia da metrópole paulista foi se desenhando da seguinte maneira: o Brás era um bairro tipicamente operário, com a hospedaria de imigrantes e estava localizado as margens da linha férrea; a Luz era a região onde morava a população mais pobre, também com a presença de estação de trem. Santa Ifigênia era a região das antigas chácaras da elite; e as regiões sul e sudoeste foram majoritariamente ocupadas por áreas residenciais de alto e médio padrão.

Fortaleza, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, passou por mudanças urbanísticas, paisagísticas e sociais consideráveis durante o fim do Império e o início da República. A capital da província do Ceará em meados do século XIX era uma pequena cidade com aproximadamente 30 mil habitantes, que estava ganhando importância devido ao crescimento econômico da região (exportação de algodão) e por ter uma localização privilegiada entre o local de produção e os destinos das mercadorias, essencialmente a Europa. A exportação de produtos primários como o algodão, o couro e o café, promoveu a construção da estrada de ferro Baturité-Fortaleza e algumas melhorias no porto de Fortaleza, agilizavam e facilitavam o escoamento dos produtos para o mercado internacional (PONTE, 1993).

Em 1875, Adolfo Hebster propôs o projeto da cidade em uma planta topográfica da cidade de Fortaleza e subúrbios. Este projeto propunha a construção de três boulevards que cercariam a área central da cidade, com as ruas perpendiculares (em formato de xadrez), o que favorecia a dominação e o ordenamento, pois as ruas retas e os cruzamentos perpendiculares facilitariam a vigília e o controle social. Era um projeto fortemente influenciado pelas reformas de Paris executadas pelo barão Haussmann, que além de servir como orientação, dava respaldo a reforma (PONTE, 1993).

A seca durante o triênio de 1877-79 no Ceará, provocou êxodo rural e aumentou consideravelmente a população da capital, por conta da vinda de retirantes, que se estabeleceram em arraiais nos arredores da cidade. A urbanização não planejada e o rápido crescimento da população provocaram o surgimento de epidemias, como a varíola.

A estrutura da cidade sofreu consideráveis mudanças nas duas últimas décadas do século XIX, com a introdução de bondes e telégrafos, a criação da Casa de Alienados, do Passeio Público (valorização das áreas verdes destinadas ao lazer), o Instituto Histórico do Ceará, criado em 1887 e a Academia Cearense em 1894.

A instauração do Código de Posturas de 1893 desejava instituir normatizações de natureza arquitetônica, médica e moral, com a padronização dos tamanhos das calçadas, bem como do ângulo das esquinas que seriam construídas. Outras medidas foram a criação novas regras de comércio e de utilização do espaço público, tornar obrigatório o uso de paletós no

bonde e advertir contra os costumes e vestimentas consideradas inadequadas, locais como bares e clubes que levariam o homem a degeneração e recomendação de construção de ambientes arejados para melhorar a circulação do ar (PONTE, 1993).

Durante o período que o Ceará foi governado pela oligarquia Accioly, muitas mudanças com relação ao remodelamento de Fortaleza ocorreram, sob a intendência municipal de Guilherme Rocha, que foi nessa época, responsável pelas obras de embelezamento da capital cearense. A inauguração do Teatro José de Alencar em 1910, foi uma obra elogiada até por membros da ferrenha oposição de Nogueira Accioly, pois seria um grande palco para promover e divulgar a cultura na cidade. A construção do Mercado de Ferro foi outra importante obra desse período. Praças como a do Ferreira, Sé e Marquês de Herval foram remodeladas, avenidas foram reformadas e outras foram abertas, houve construção de chafarizes e o estímulo à prática de esportes. Um projeto de abastecimento de água e canalização de esgoto na área central da cidade foi iniciado, porém foi interrompido em 1912, com a queda da oligarquia Accioly, e a obra só chegou a ser concluída na década de 20.

As revoltas populares em 1912, contra os abusos cometidos pela oligarquia há 16 anos no poder e pela imposição da “normatização disciplinarizante” que tentou-se impor à população, tiveram participações da Liga Feminina e na terceira manifestação (que foi realizada por crianças), foi massacrada pela cavalaria (PONTE, 1993).

O médico naquela época havia se tornado também, em boa medida, um cientista social, pois com o respaldo do discurso científico poderia neutralizar questões sociais com argumentos sobre a salubridade urbana. Medidas como aterro de pântanos, destruição de morros, alinhamento de ruas, controle disciplinado de edificações, leis para construção de moradias que fossem arejadas, transferência de matadouros e cemitérios para fora da cidade, faziam parte dessa ideologia higienista que queria impor não só em Fortaleza, mas em várias cidades do país naquele contexto.

Durante as décadas de 1910 e 1920, Fortaleza recebeu novos equipamentos culturais e inovações na área de infraestrutura, como a energia elétrica por exemplo, que chegou em 1914. Sob a intendência municipal de Ildefonso Albano no governo de Franco Rabelo, foram executadas algumas reformas como a abertura da Avenida Sena Madureira, a total reforma da Praça General Tibúrcio e o seu ajardinamento ao estilo inglês. Também foram baixadas medidas como a proibição da venda ambulante de qualquer coisa que pudesse causar sujeira nas ruas, o que provavelmente fez com que pessoas se sentissem inibidas de comprarem e venderem comidas de rua.

A inauguração dos primeiros cinemas se deu entre os anos 1917-22, com a abertura

do Cine teatro Majestic Palace em 1917, localizado na Praça do Ferreira e logo depois veio o Cine Moderno em 1922, oferecendo mais opções de lazer na capital cearense da Primeira República. Outros lazeres e expressões culturais estrangeiras como a fotografia e os clubes foram comuns em Fortaleza durante esse período. Estes últimos, voltados para uma forma de lazer aburguesada, fruto do “entusiasmo progressista-regenerador”, reuniam famílias e amigos para desfrutar de um lazer comedido e elitizado, que fosse visto como saudável fisicamente e moralmente pelo discurso médico (PONTE, 1993).

Com relação aos contornos que a cidade foi ganhando ao longo dos anos 1920-30, já havia uma certa segregação territorial entre os bairros da capital cearense. A elite começou a sair da região central, fora dos 3 boulevards que a cercam se instalarem nas redondezas em bairros como Jacarecanga e Praia de Iracema, coincidentemente ou não, regiões próximas ao mar.

3 CONCEPÇÕES URBANAS: O MODELO DE PARIS NAS REFORMAS URBANAS BRASILEIRAS

3.1 Projetos modernizadores e espaços em disputa

Na virada do século XIX para o XX, as elites locais e os intelectuais de várias capitais brasileiras tinham preocupações em comum em relação às cidades: reforma-las e moderniza-las, para que se adequassem aos padrões europeus. Fortemente influenciados por diversas teorias das mais diversas naturezas, vindas da Europa e dos EUA, estes médicos, engenheiros, juristas e políticos desejavam colocar o Brasil no mapa das civilizações do globo, ou seja, colocar o nosso país no caminho do “progresso”. Para isto, seria necessário transformar as principais capitais, dar ares de modernidade a elas, de acordo com os preceitos em alta na Europa, como as teorias raciais, o positivismo, o higienismo e tantas outras. Na visão destes intelectuais, seria necessário “europeizar” (de preferência “afrancesar”) as ruas, avenidas e parques das cidades, colocar a massa da população em ordem, colocando-a no trabalho duro, para que adquirissem “bons costumes”, combater os costumes e práticas considerados “atrasados”, bem como limpar e devastar os cortiços e moradias populares. Raimundo Arrais, em um artigo sobre as transformações na cidade de Natal no início do século XX, sintetiza muito bem essas reformas que aconteceram nas principais capitais no início do período republicano:

São anos de muitas realizações, principalmente no segundo governo, dirigindo-se grandes somas para as obras públicas na capital, destinadas a promover a ‘modernização’ da cidade, obedecendo a uma tendência comum nesse início de República, quando as principais capitais portuárias do país, valendo-se de empréstimos sacados nos centros capitalistas, que reforçavam seu papel de mediadores das economias dependentes nos mercados capitalistas mundiais, empreenderam melhoramentos na sua estrutura produtiva e em equipamentos urbanos como calçamento, eletricidade, transporte, construção de hospitais, hospícios e asilos e intervenção sanitária voltada para a localização adequada de cemitérios e matadouros públicos no espaço urbano (ARRAIS, 2006).

A preocupação com as classes pobres não se limitava somente a questão do controle da ordem social e política, que se manifestava principalmente através da repressão policial e da valorização do trabalho. Como aponta Chalhoub (1996), o risco do contágio, ou seja, a questão higienista, era outra preocupação no imaginário político brasileiro, fortemente intensificada pela teoria dos miasmas e outras teorias médicas criminais que circulavam pela Europa. Inúmeras moléstias atacavam os mais pobres, como a febre amarela, cólera e tuberculose, esta última também conhecida como “tísica”, tinha o estigma social de ser uma doença que afetava

peessoas em estado de miséria, além, é claro, do alto índice de mortandade que assolava entre essas populações.

A instauração da vacinação obrigatória em 1904 no Rio de Janeiro, que deu total poder ao serviço de Saúde Pública e aos policiais para que fizessem o que fosse necessário para o cumprimento da vacinação: invadissem propriedades, fiscalizassem as moradias, prendessem, isto sem nenhuma possibilidade de recurso a justiça comum por parte da população. Esta foi uma das formas que a elite encontrou, pela lei imposta arbitrariamente, através do discurso higienista e científico (supostamente neutro), promovendo uma ação pelo Estado, como tentativa de higienizar a população e promover a ordem social, política e sanitária desejada por essa mesma elite. Toda essa opressão e os poderes excessivos nas mãos de Oswaldo Cruz e dos médicos, engenheiros e policiais, provocou uma enorme insatisfação na população, que por sua vez, já tinha outros motivos para se rebelar contra o tom autoritário das reformas e mudanças pelas quais a Capital Federal estava passando, o que culminou na Revolta da Vacina.

Nicolau Sevcenko (2010), aponta em sua obra, *A Revolta da Vacina*, que Rodrigues Alves, logo quando tomou posse como presidente, confessou a Luís Pereira Barreto; então responsável pela higiene pública da capital paulista; que tinha a modesta pretensão de sanear e melhorar o porto do Rio de Janeiro, que por sua vez, estava sobrecarregado com as exportações de café, não dando mais conta da demanda que recebia. No entanto, uma reforma e ampliação do porto, seriam necessariamente acompanhadas de um saneamento e desinfecção das áreas centrais ao redor do porto. Para comandar a reforma, foi indicado Pereira Passos, para o cargo de prefeito, com direito a amplos poderes, e Oswaldo Cruz como responsável pela área sanitária, com o intuito de acabar com as doenças e moléstias que assolavam a área central do Rio.

Em virtude dessa constante preocupação em por uma ordem ao “caos” em que viviam as populações mais pobres nos centros das maiores capitais brasileiras, foram criadas e/ou retomadas diversas leis e códigos de postura, na tentativa de normatizar os hábitos alimentares (proibindo a venda de leite fresco em porta-a-porta, proibindo a venda de comidas de rua), moradia (quantidade de cômodos das habitações por número de habitantes, dimensões do imóvel, necessidade de janelas em todos os cômodos, afastamento entre a cozinha e a latrina ou destino do esgoto e lixo), como mostra este periódico intitulado *Architectura no Brasil*, que se refere a um regulamento de construções:

Um regulamento, superiormente estabelecido, preside á construcção das residências neste bairro. Entre outras disposições há o recuo obrigatorio de 6 metros do alinhamento da rua e o affastamento de 4 metros para as divisas lateraes, bem como a

obrigatoriedade de construção de sebes vivas para as vedações, o que poderosamente contribui para o pittoresco e a harmonia do conjunto (ARCHITECTURA NO BRASIL, 1926).

Assim também como as vestimentas (tentativa de proibir “homens em mangas de camisa” nas ruas) e outras esferas da vida pública e privada. O Código de Posturas de 1886 e o Código Sanitário de 1894 em São Paulo, são grandes exemplos, onde tentava-se colocar padrões nas medidas e formas de construção das residências, bem como aconselhamentos a respeito do convívio e dos hábitos em relação à alimentação, como dormir, como se portar dentro e fora de casa. Entre outras palavras, eram regras que abarcavam tanto a esfera pública como privada das pessoas, com o propósito de torna-las pessoas educadas moralmente, asseadas e portadoras de costumes que fossem bem vistos aos olhos da elite brasileira, que desejava enxergar no Brasil, um reflexo do que era bem quisto e apreciado na Europa.

No entanto, existe uma diferença entre o mundo idealizado pelas elites, que queriam a qualquer custo, cercear os espaços e modos de viver das populações mais pobres; muitas vezes com respaldo do discurso incriminador da polícia para promover a repressão; e a permanência de rituais e costumes, que eram parte integrante de como essas pessoas enxergavam e utilizavam os espaços públicos.

Um artigo de Maria Jacinto Barbosa, sobre a cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, pode nos oferecer um bom panorama sobre essa “perseguição” aos mais pobres, apontando que várias das experiências relatadas na documentação construíram-se mesmo com a disciplina de uma pretensão de controle total da população, com atenção especial para os mais pobres, como se percebe no trecho abaixo:

As reformas urbanas, traduzidas no processo de remodelação da cidade, extensivo aos habitantes, constituíram-se no esforço de ordená-la. De acordo com técnicas de planejamento físico e social, desenharam-se correções, coações, normatizações, que agiram mapeando Fortaleza. Resultou numa ampla ação de perseguir habitações consideradas insalubres, extinguindo-as ou afastando para os limites da cidade aqueles moradores que se enquadravam no roteiro de insalubridade vigente (BARBOSA, 1999).

Maria Jacinto continua o artigo falando a respeito do processo de “amorfoseamento” de Fortaleza, mostrando o engajamento das autoridades de saúde pública, da polícia e de alguns jornais da necessidade da assepsia e desinfecção das ruas, avenidas e espaços públicos da cidade, tudo isto para a construção do progresso, da ordem e da civilização na cidade. Com isso, foi se construindo uma separação não apenas geográfica, mas também dos modos de viver e de habitar, conjugando diversas temporalidades simultaneamente (BARBOSA, 1999).

O que se percebeu, principalmente no caso do Rio de Janeiro, foi a tentativa de desconstrução dos espaços de sociabilidade da população que vivia no centro da cidade. Pelo fato dos habitantes dos cortiços, morro do Castelo e morro de Santo Antônio, morarem naquela região, trabalharem exercendo diversas atividades perto de casa, para se sustentar, bem como tinham seus espaços de lazer e convivência, a retirada da população pobre do centro, acabou provocando uma desestruturação espacial, um desenraizamento dessa população (SILVA, 1999).

Lúcia Silva (1999) afirma que “A percepção que cada grupo terá daquele espaço de território será completamente diferenciada, devido principalmente ao seu uso”. A chegada da República no Brasil não significou, na prática, o exercício dos direitos básicos de cidadania que se supunha em um regime republicano, como por exemplo, a potencialização da democratização dos usos dos espaços públicos. No entanto, o que houve foi a falta de participação formal na política de grande parte da população e a conservação de poderes, e também em grande medida, a continuação da concentração de renda que já existia de longa data na sociedade brasileira. A autora argumenta então, que uma forma da população mais pobre que habitava o centro do Rio, de exercer sua cidadania, era a prática cotidiana que acontecia paisagem urbana, com a presença de becos e vielas, possibilitando várias outras formas de articulação, resistência, sobrevivência, valores culturais e laços de sociabilidade desenvolvidos ao longo de vários anos em convivência com aquela paisagem.

A Reforma Pereira Passos, segundo Silva (1999), foi a primeira tentativa de estabelecer padrões e normatizar um estilo de vida no centro da cidade, que trouxe mudanças de grande impacto, como a abertura da grande avenida, que transformou a vida urbana da região. No entanto, ela ressalta que a avenida causou mais impacto na paisagem urbana propriamente do que nos hábitos da população, o que levou as autoridades a tomarem outras medidas ao longo da década de 20, como bem sintetiza a autora:

O que se assiste na década de 20 é a ratificação da existência de duas realidades irreconciliáveis. No período de 1889 a 1920, a tênue linha que separava as duas cidades mostrara-se insustentável em alguns momentos, o que levava inevitavelmente ao confronto direto, como foi a revolta da vacina, por exemplo. Mas isso não chegou a tornar-se sistêmico, apesar da exclusão espacial ser reflexo da exclusão social. Curiosamente, na maioria das vezes os tumultos citadinos partiam de quem deveria manter a ordem – foi o caso da revolta da chibata – e não da multidão indisciplinada. O pacto urbano, naquele momento, se fazia às custas da existência de uma grande avenida, aos moldes de Paris, que normatizava usos e costumes em sua área contígua, deixando o resto do território para a malta (SILVA, 1999).

O embate que houve não se deu somente no campo físico e das práticas com as demolições dos cortiços, morros, as normas de construção de moradias e a fiscalização dos

hábitos, mas se deu também no conflito da territorialidade. A concepção de cidade e vida urbana que a elite estava impondo à cidade entrava claramente em conflito com a concepção que a população pobre que habitava o centro, tinha daquele espaço. Estas construções indesejadas pela elite, eram também locais onde as lavadeiras, engomadeiras, quitandeiras, prostitutas, malandros e operários mais módicos viviam, usavam para se proteger e se unir contra as ameaças da opressão que sofriam na parte da cidade que estava sob controle das autoridades governamentais.

3.2 Vilas operárias: habitações baratas e salubres

As reformas urbanas, em especial nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, após expulsar os pobres do centro, passou, ao longo das décadas seguintes a delimitar socialmente os espaços e bairros da cidade, através de ações do Estado, conjuntamente com empresários do transporte urbano e de outros serviços urbanos como energia elétrica e abastecimento de água. No caso carioca, como explica Lúcia Silva, freguesias se formaram ao longe da linha férrea no longo da Zona Norte, onde se concentrou a maioria dos trabalhadores da cidade e foi também a região que mais cresceu nesse período.

Na Zona Oeste do Rio se concentraram as pequenas propriedades rurais, que faziam parte das freguesias suburbanas. Nos bairros mais próximos ao centro, se formaram bairros compostos majoritariamente por funcionários públicos de baixo escalão e que tinham alguns recursos no que diz respeito à infraestrutura. O lugar aonde as ações da prefeitura chegavam era prioritariamente na Zona Sul, onde foi se configurando uma área destinada aos habitantes de maior poder aquisitivo. Nessa região, a população só começou a crescer consideravelmente, depois que o Estado já havia instalado rede de abastecimento de água e esgoto, fornecimento de energia elétrica, pavimentação das ruas principais, túneis, dentre outras providências. Ou seja, foi de certa forma, em grande medida, uma ocupação planejada, na qual a prefeitura chegou antes da população, fazendo com que problemas urbanos e as mazelas daí decorrentes que surgem quando não há planejamento, se limitassem aos subúrbios e raramente chegasse à Zona Sul (SILVA, 1999).

As fábricas também se concentraram ao longo das linhas férreas, facilitando o transporte do operariado, fazendo surgir nestes locais vilas operárias e favelas, habitações estas que eram quase sempre frutos de terrenos invadidos e que não contavam com nenhum tipo de infraestrutura, pois as ações do Estado raramente chegavam, e ainda nos dias atuais nem sempre

chega à estas regiões. A associação entre o capital industrial, o capital imobiliário e as empresas de transporte, na ausência do Estado, foram ditando o crescimento dos bairros suburbanos, definindo aos poucos, a configuração territorial da cidade.

As vilas operárias foram a solução ideal encontrada pelos donos das indústrias e os higienistas sociais para resolver o problema da habitação popular, depois da expulsão em massa das populações que moravam nos cortiços no centro do Rio de Janeiro e em bairros de São Paulo como Centro, Bexiga e Brás em São Paulo. Este tipo de construção solucionava problemas de higiene, sendo baratas pois eram geralmente construídas em terrenos baixos e pouco valorizados, ao lado das indústrias; e saudáveis, pois estas habitações seriam construídas em lugares em que haveria saneamento básico e as casas teriam um mínimo de conforto necessário para a família do operário, o que por sua vez, facilitaria o controle social do industrial sobre o operário. Além disso, o acesso ao local de trabalho seria facilitado, ou pela proximidade com a fábrica, ou por estar nas margens da linha do trem, tanto no Rio de Janeiro (Central do Brasil), como a vila Sampaio, vila operária Ruy Barbosa, vila Maxwell e outras, quanto em São Paulo (Santos- Jundiaí), como a Vila Maria Zélia, Vila Prudente, Vila Crespi, Vila Beltramo e outras mais (RAGO, 1985). O jornal anarquista O Combate, que data das primeiras décadas do século XX, trazia constantemente notícias e reclamações dos moradores sobre as vilas operárias. Na notícia abaixo, informa sobre a vila que será construída pela Cia. Mogyana em 1921 e como ela pretende ser adequada aos padrões de higiene:

A Villa Operaria obedecerá a um systema completamente moderno de comodidade, hygiene e solidez onde o pessoal operário encontre o conforto e garantia de saúde que há tantos séculos pleiteiam por alcançar (O COMBATE, 1921).

A construção das vilas operárias seria realizada por capitalistas ou pelo Estado, nas periferias das cidades. Este tipo de habitação, trazia uma série de benefícios para os industriais. As vilas eram lucrativas, tanto para os donos das fábricas, como para empresas de saneamento, serviços de fornecimento de eletricidade, construtoras de ferrovias e outras empresas relacionadas a infraestrutura que se beneficiariam com a construção de casas populares, pois quase sempre, nestes lugares o Estado ainda não havia chegado com os recursos básicos de infraestrutura. Os industriais ganhavam dinheiro com os aluguéis ou prestações pagas pelas casas por parte dos operários, que em alguns casos se viam obrigados a trabalhar naquela fábrica, para conseguir moradia ali. Em muitos casos, os operários se viam obrigados a comprar alimentos e itens de primeira necessidade nos armazéns ou cooperativas administradas pelos

industriais, onde os preços quase sempre eram mais elevados do que no mercado comum da rua, de forma a aumentar os lucros dos empresários. Outro ponto que favorecia os empresários das fábricas, era o fato de que os operários, por estarem confinados nas vilas operárias, sob os olhos vigilantes do patrão, sofriam maior pressão em movimentos de resistência ou de greve, pois os temores de despejos eram sempre constantes nesses casos.

Mais do que os lucrar com a construção das vilas operárias, os industriais desejavam suprir todas as necessidades dos trabalhadores dentro do espaço da vila, tanto as mais vitais e cotidianas como alimentação, escola para os filhos e saúde, como nos momentos de lazer com várias atividades, mantendo-o numa espécie de redoma, de forma que o operariado se sentisse confortável e suficiente, sem precisar sair das redondezas da vila e da fábrica. Na visão dos higienistas sociais, a rua estava cheia de perigos como bares e cabarés, que corromperia os trabalhadores com bebedeiras e noites com meretrizes, por isso a necessidade de incentivar os operários a levarem uma vida regrada e módica, sempre economizando. Mesmo nos momentos de lazer, clubes recreativos, atividades da comunidade religiosa e grupos de música ou de teatro preencheriam o tempo livre dos trabalhadores, sem que os mesmos tivessem que sair da “cidadela”, facilitando assim a vigilância por parte dos empregadores.

As palavras de Rago (1985), explicitam muito bem todas essas preocupações no trecho abaixo:

Alguns industriais defendem, juntamente com os higienistas sociais, a construção de habitações confortáveis, higiênicas e baratas que fixem o trabalhador não apenas no emprego, mas dentro do lar nos momentos de folga. O sonho patronal de moldar trabalhadores obedientes e cumpridores de seus deveres, habitando suas residências, está intimamente ligado à ideia de fazer da casa um ambiente aconchegante e perfumado, na guerra contra a sedução das ruas movimentadas e dos bares (RAGO, 1985).

Além das vilas operárias, outras formas de organizar urbanisticamente e socialmente as cidades surgiam no final do século XIX, como o conceito de cidade-jardim.

3.3 Adaptações do conceito Cidade-jardim e segregação territorial

A ideia de cidade-jardim foi pensada primeiramente por Ebenezer Howard em 1898, numa tentativa de propor um modelo urbanístico universal de cidade planejada, que promovesse uma vida saudável para seus habitantes, basicamente onde as construções do subúrbio fossem cercadas de áreas verdes e propriedades rurais.

O conceito teve como grande influenciador no Brasil o arquiteto inglês Barry Parker, contratado pela Cia City para trabalhar em São Paulo entre 1917 e 1919, na mesma notícia do Correio Paulistano de 1919 já citada, o jornal dá um panorama de quem se trata o inglês:

O sr. Barry Parker é hoje um profissional de reputação mundial, é um notável architecto paizagista inglez, membro do Instituto dos Architectos Britannicos e do Instituto dos Urbanistas da Grã Bretanha; notabilizou-se pela parte importante que representou na criação e arranjo da primeira cidade-jardim em Letchworth, nos suburbios de Londres, e é actualmente architecto consultor da Sociedade de Inglezes da Garden-City (CORREIO PAULISTANO, 1919).

O bairro Jardim América na capital paulistana, local onde atualmente se encontram propriedades de alto padrão, foi construído pela Cia City, como dá detalhes a revista *Architectura no Brasil*, na mesma edição citada, que foi a nº29, onde trata-se amplamente dos projetos de construção de vários bairros da capital paulista, neste trecho especificamente sobre o jardim América:

Foi a Cia. City quem iniciou em São Paulo, em 1915, a construção de bairros-jardins. Esta Cia., comprou antes da guerra extensas áreas de terrenos na zona urbana e suburbana da cidade. Tamanha confiança depositaram os seus diretores no futuro desta cidade, que não hesitaram em investir enormes capitales na execução de arruamentos modelares. E as suas previsões não falharam, constituindo-se um verdadeiro sucesso a venda de seus terrenos, o que permite a esta benemerita Cia. a abertura de novo bairro-jardim Pinheiros.

O jardim America, construido em 1916, é hoje um aristocrático bairro de grande densidade de construcções. O preço de venda inicial foi 5\$ o m. q. Hoje, decorridos 10 anos esses preços atingem 60\$ e 70\$ o m. q. (ARCHITECTURA NO BRASIL, 1926).

Dois pontos são interessantes neste trecho: o fato dos bairros construídos pela Cia. se tornarem locais de residências de alto padrão, e a especulação imobiliária que cercam estes projetos, pois como diz a revista, em dez anos o preço aumentou em cerca de 1100%, o sugere que a construção desses bairros planejados, de forma a atender as demandas sanitárias da época, estava interligada com o fornecimento de infraestrutura através de empresas de eletricidade e de gás, para estes bairros.

A presença de Barry Parker no Brasil influenciou diversos arquitetos e engenheiros urbanistas, que assimilaram diferentes conceitos ou ideias a respeito do termo cidade-jardim. Há de ser salientado, que o próprio Parker já fez adaptações suas no projeto original de cidade-jardim desenvolvido por Howard, e que o termo aqui no Brasil, encontraria adeptos principalmente entre os sanitaristas, fortemente influenciados pelos ideais higienistas do final

do século XIX e que estavam pensando as reformas urbanas das capitais brasileiras. Pensava-se então em uma reforma que fosse urbana e social, o desejo era que as cidades populosas, desordenadas, sujas e de aspecto rudimentar, se transformassem em cidades belas e salubres, utilizando-se para isso, conceitos urbanos como o de cidade-jardim.

Posteriormente, ao longo das primeiras discussões no Brasil a respeito deste conceito urbanístico, alguns urbanistas como Parker por exemplo, propagaram a ideia de um bairro-jardim, adaptando o conceito para diferentes interesses e realidades. Jorge de Macedo Vieira, arquiteto fortemente influenciado por Parker e pelas ideias de cidade-jardim, discípulo e continuador do legado de Parker no Brasil, revelou em seus projetos vários aspectos como orientação das quadras e lotes, traçado das ruas de acordo com a topografia da região na intenção de movimentar menos terra possível, presença de áreas verdes, jardins e parques, aspectos estes, muitas vezes ligados a salubridade urbana (DANTAS, 2006). A atuação de Parker no Brasil, foi muito importante para difundir o conceito de cidade-jardim, no caso do Brasil mais especificamente, foi adaptado para bairro-jardim, conceito que deu respaldo para a qualidade das reformas e expansões urbanas executadas em várias capitais brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, como é exposto no trecho a seguir:

Buscava-se disseminar esses novos padrões higiênicos na forma de habitar a casa e viver a cidade. Assim, fazer uma cidade-jardim significava espriar o verde. Não o verde exuberante da paisagem natural circundante, mas a disposição metódica e controlada, baseada na distribuição gratuita de mudas por parte do horto municipal, de áreas verdes e permeáveis e zonas sombreadas ao longo dos espaços urbano e privado de cada habitação (DANTAS, 2006).

A construção da cidade de Belo Horizonte, planejada pela Comissão de Construção da Nova Capital (CCNC), tinha como objetivo evidenciado, transformar o pequeno arraial pertencente à Sabará, na nova capital do estado de Minas Gerais. A antiga capital, Ouro Preto, simbolizava o atraso da economia mineira frente a outros estados da federação como São Paulo e Rio de Janeiro. A antiga cidade mostrava também a decadência do que tinha sido o período aurífero, suas construções coloniais e ruas apertadas não eram condizentes com os ideais de civilização e progresso que a república emanava. Outro fator foi a disputa entre as regiões do estado mineiro, que fez com que uma capital sendo colocada o centro do estado e servindo de ligação ferroviária entre o norte e o sul do estado, serviu como formar de conciliar interesses divergentes (AGUIAR, 2006).

O projeto de construção da capital dividia a cidade em basicamente três zonas: central (urbana), suburbana e rural. Na zona central, se concentraria a cidade propriamente dita,

com os prédios do governo, sempre acompanhados de parques ou praças arborizadas e estátuas ou monumentos, com o traçado retilíneo das ruas e avenidas. A zona suburbana seria uma área de transição entre a zona urbana e a zona rural, sem se saber muito mais do que isso, pois no plano de construção da CCNC pouco se falou a respeito. A zona rural seria destinada à chácaras e fazendas que produziriam os gêneros alimentícios que abasteceriam a cidade e formariam uma espécie de cinturão verde ao redor da nova capital (AGUIAR, 2006).

O centro de Belo Horizonte projetado e construído com toda a infraestrutura necessária (serviços de água e esgoto, energia elétrica, transporte, entre outros), ruas bem-acabadas com calçamento, traçados retilíneos e simétricos, contrastou algumas décadas depois do início da construção da nova capital, com os rumos do crescimento da zona suburbana. A falta de um projeto bem definido para esta região, possibilitou um crescimento desordenado, com ruas íngremes e de traçados irregulares, onde aos poucos, foram se formando conjuntos residenciais, construídos geralmente em terrenos pertencentes à ex-funcionários da prefeitura ou empresários que ganharam ou compraram estes terrenos a preços baixíssimos, onde foram construídas casas populares, para serem alugadas a trabalhadores de baixa renda.

Tito Aguiar faz um extenso balanço historiográfico em sua tese de doutoramento, a respeito de como arquitetos e historiadores abordaram o tema dos subúrbios de Belo Horizonte em seus trabalhos. Lincoln Continentino, engenheiro formado pela Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, primava por uma arquitetura urbanística em que o traçado das ruas se adequasse aos sítios, evitando assim grandes movimentações de terra (DANTAS, 2006). Desejava produzir um ambiente higiênico e saudável com ruas arborizadas e ventiladas, com ruas secundárias curvadas que servissem de obstáculo para o tráfego de carros. Para além disso, Continentino acreditava que esse modelo urbanístico seria interessante para a regeneração da saúde e da moral das pessoas, cogitando ser ideal para a construção de leprosários. Como afirma Dantas (2006): “Esse exemplo reforça, na atuação de Constantino, a existência de aspectos comuns entre os princípios higienistas e sanitaristas e as especificidades do conceito de cidade-jardim para o caso brasileiro”. Para Continentino, os subúrbios de Belo Horizonte eram lugares caóticos, devido a não aplicação de princípios básicos do urbanismo e pela negligência da administração pública da prefeitura, em permitir tamanha bagunça e desordem, não colocando a responsabilidade nos planos iniciais da CCNC.

Para João Boltshauser, o crescimento acelerado da cidade depois de 1925, sem padrões de construção e com loteamentos sendo cercados sem nenhuma regulamentação por parte do poder público, sem a construção dos necessários espaços verdes, foi o que provocou o

deslanchar dos subúrbios de ruas tortas e sem padrões. Michel Le Vem, pesquisador que se estabeleceu em Minas Gerais, apontou em seus trabalhos, que desde o início, o plano da CCNC seria segregar a cidade. A zona privilegiada da cidade (zona central), cercada pela Avenida do Contorno, das regiões que seriam as áreas menos valorizadas da cidade. Le Vem enxerga um plano segregacionista por parte da CCNC, com a clara intenção de construir desde o início, uma cidade hierarquizada. Jeffry Adelman também enxerga a construção de espaços segregados, mas se contrapôs à Le Vem, no sentido de advertir que a ocupação da área para além da Avenida do Contorno, se deu de maneira oposta ao que Aarão Reis (elaborador do projeto de construção da capital mineira), que planejava para os subúrbios de Belo Horizonte, a construção de casas grandes e espaçadas, chácaras e mais para a zona rural, o estabelecimento de pequenas propriedades rurais. Como aponta Aguiar:

Na interpretação de Adelman, o espaço da Cidade de Minas foi hierarquizado no plano de modo a configurar o poder republicano e organizado de maneira a assegurar a salubridade e o conforto dos moradores. A segregação teria vindo com a gestão do espaço e com o mercado (AGUIAR, 2006).

Mais à frente o autor complementa:

Portanto, para Adelman, os subúrbios da Cidade de Minas foram concebidos como bairros suburbanos, no padrão então existente no Rio de Janeiro. A ocupação posterior da periferia alterou essa configuração (AGUIAR, 2006).

O autor conclui que seria anacrônico considerar o planejamento da Cidade de Minas nos moldes de uma cidade-jardim, pois estes conceitos urbanísticos surgiram posteriormente ao plano da CCNC. Ademais, como ele explica:

O contraste entre a regular ordenação geométrica da área urbana e a irregularidade do traçado proposto por Aarão Reis intrigou todos esses autores. Podemos dizer que a impressionante desordem decorrente da ocupação efetiva da zona suburbana fez com que alguns estudiosos, como Lincoln Continentino, João Boltshauser e Leticia Julião avaliassem a planificação da zona suburbana apresentada no projeto da CCNC nos termos mais desfavoráveis e os subúrbios como espaço não planejado ou projetado de modo negligente. A também impressionante divisão da cidade em áreas dotadas de boa infra-estrutura urbana, ocupadas pelos mais ricos, e em zonas carentes de abastecimento de água e de redes de esgoto, habitadas pelos mais pobres, e a clara incapacidade ou desinteresse das autoridades municipais em superar essas desigualdades levou pesquisadores como Michel Le Ven e Jeffry Adelman a apresentar Belo Horizonte como cidade segregada, abrindo caminho para uma série de interpretações dos subúrbios como lugar dos pobres numa organização espacial segregativa. A crítica a essa interpretação conduziu, por sua vez, a avaliações dos subúrbios como área de expansão urbana e, depois, como espaço de transição entre cidade e campo ou como parte integrante do arranjo espacial proposto pelo plano da CCNC, dotada de caráter específico e não necessariamente destinada a ser o espaço de vida dos pobres (AGUIAR, 2006).

O conceito inicial de cidade-jardim tinha intenção de preencher as cidades com áreas verdes e casas espaçosas, numa intenção de fugir dos grandes centros urbanos carregados de poluição atmosférica e habitações apertadas, transformando assim a qualidade de vida da população. No Brasil, este conceito se espalhou a partir da década de 1920, tendo como Barry Parker o principal divulgador da ideia, sofrendo aqui algumas adaptações e mudanças de acordo principalmente com os interesses dos empresários do ramo imobiliário, que, possuidores de grandes quantidades de terra nos subúrbios, construía casas a preços módicos para moradia de pessoas de baixa renda, geralmente alugadas. A lentidão do poder público em oferecer serviços nos locais mais afastados dos centros dessas cidades, que passavam por um processo de modernização no início do século XX, possibilitou que empresas de transporte público, e de outros serviços básicos, chegassem primeiro e ditassem o crescimento e expansão dessas regiões de acordo com interesses especulativos. Isso permitiu, que, ao longo do século passado, fossem se desenhando as divisões territoriais nas grandes cidades brasileiras.

4 A CHEGADA DOS PARDAIS E O INÍCIO DA POLÊMICA

4.1 A recepção aos pardais

O embelezamento do Rio de Janeiro durante as reformas no início do século XX, se deu basicamente através da arquitetura das novas construções, e da implantação de espaços naturais ou uma espécie de recriação da natureza nos jardins públicos, copiando o modelo dos parques londrinos e franceses do final do século XIX. Os pardais foram então trazidos para a cidade, com esse intuito, como se pode ver em várias notícias de jornais distintos. Esta notícia do *Jornal do Brasil* no dia 11 de dezembro de 1906 diz o seguinte:

Milheiros e milheiros de pardaes foram importados pela Prefeitura passada, para povoamento de nossos jardins e de nossas avenidas, onde em breve amenizarão o ar quente dos dias de canicula, com seus piados e as suas volitações (JORNAL DO BRASIL, 1906).

Esse trecho de outra notícia no *Jornal do Recife* confirma a história:

A história da introdução dessas aves nefastas é breve mas vale a pena contar-se em quatro linhas. Quando o dr. Pereira Passos, prefeito que foi da cidade do Rio, se ocupava de modernizar a velha metropole, um amigo em viagem a Portugal lembrou-se de lhe trazer numa gaiola alguns especimens de pardaes. Era um presente de grego mas o dr. Passos que tinha bom coração não teve a coragem de estorcegar o pescoço ás avesitas e soltou-as no jardim do Campo, na Quinta, em Cascadura (JORNAL DO RECIFE, 1916).

E ainda outra do *Gazeta de Notícias*:

Sem duvida, pelo instinto da maldade, e porque o canto desses entesinhos tenha já imprimido no homem o tedio e o aborrecimento com que tanto nos familiarizamos neste planeta, já tenham pensado no extermínio dos pardaes, que por lembrança de um saudoso brasileiro, o Sr. Dr. Francisco Pereira Passos, foram trazidos do além-mar para serem aqui a alegria dos nossos jardins e parques.

Mas que cruel contraste já se percebe entre essa idéa do então prefeito, que tantos esforços dispendeu no embellezamento da nossa capital, no governo do benemerito Sr. Rodrigues Alves, e aquelles que já sentem nos passarinhos a mais tremenda ameaça aos seus interesses!

Naquela época, sob o mais legitimo e justificado cuidado pelas transformações modernas por que passaram quasi todos os nossos logradouros públicos, fôra o governador da cidade, cidadão illustrado e conhecedor de todos os segredos do bom gosto, que fizera dar o melhor realce aos nossos esquecidos arvoredos, offerecendo-lhes, como uma feliz homenagem, o canto dos passarinhos! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1918).

Esta última notícia data de 1918, quando a polêmica principal a respeito do pardal sobre os seus possíveis malefícios ou benefícios em relação a agricultura já estava no auge,

principalmente após as declarações do naturalista Rodolpho von Ihering em 1914, sobre os prováveis malefícios dos pardais para as lavouras de cereais, baseando-se em pesquisas de análise do conteúdo estomacal do pardal, realizadas na Europa.

Os pardais, como se pode notar nas notícias acima, vêm justamente para enfeitar os jardins do Rio de Janeiro. A inspiração para a escolha do pardal, foi obviamente o motivo deste ser um pássaro muito comum nos jardins parisienses, apesar de ser nativo do oeste asiático e do leste europeu. No entanto, é uma ave de características profundamente urbanas e está sempre habitando ao redor de construções humanas, de onde vem a ideia de que seria um pássaro cosmopolita. Além da questão do embelezamento, o ornitólogo Helmut Sick (1997), grande estudioso das aves brasileiras, argumenta em sua obra *Ornitologia Brasileira*, que outro motivo para serem trazidos pardais, seria um pedido de Oswaldo Cruz, no intuito do pássaro exótico se alimentar de mosquitos transmissores de doenças que assolavam o Rio de Janeiro na época, fazendo assim com que, conseqüentemente o número de doentes diminuísse na mesma proporção dos mosquitos. No entanto pouca coisa se encontra a esse respeito nas fontes hemerográficas, sendo muito mais recorrente o fator embelezamento como motivador da importação de pardais da Europa.

Então o pardal tinha o intuito de civilizar a cidade, encantando os visitantes dos parques que se deleitariam com os gorjeios do exótico pássaro, fazendo com que o Rio de Janeiro se tornasse cada vez mais a Paris do hemisfério sul, disciplinando a população brasileira a se acostumarem aos civilizados e edificantes passeios nas áreas arborizadas da cidade. A vinda do pardal está inserida no contexto da reforma Pereira Passos, pois daria o tom de civilização e progresso desejado pela elite carioca que comandava a reforma, adornando os jardins com pássaros estrangeiros, mais que isso, europeus, pois talvez os pássaros brasileiros, apesar de serem os mais variados possíveis e alguns de colorações bem vistosas, não condiziam com os padrões de civilização que o pardal representava. Este trecho de um artigo de Plácido Barbosa fala um pouco sobre o contexto e a motivação de trazer pardais para o Brasil, e mostra sua indignação com a discussão:

Quem quer que foi que introduziu este vindico no nosso paiz, commetteu um erro imperdoavel; não conhecia as nossas aves; não aprendeu a quere-las; e só se guiou pela falsa suposição de que a presença do pardal aqui nos aproximaria mais dos aspectos europeus. Porque não foi outro o motivo. [...] que o proposito fosse embellezar a natureza das nossas cidades não se concebe. Tinhamos de sobra para esse fim, aves de mais linda plumagem, de canto mais melodioso, mais galantes e mais mimosas, sem sahir das espécies insectivoras, que são as mais uteis. (O IMPARCIAL, 1918)

A recepção ao pardal não foi muito calorosa como alguns esperavam, pois, na mesma notícia do *Jornal do Brasil* já citada, há críticas à prefeitura, por esta ter trazido pássaros de fora sem necessidade, pois no Brasil há pássaros que poderiam cumprir a função exercida pelo pardal, como indica o trecho a seguir:

Mas seria também de bom gosto variar a especie, espalhando pássaros nossos, mais bizarros e mais luzentes; fazendo-se, por cautela, uma postura protectora desses pequenos entes plumitivos [...]
Ainda ante-hontem, em uma das grandes chácaras de pitoresco arrabalde, circumspectos burgueses, de espingarda em punho, divertiam-se na caça do tico-tico, esse interessante passaro, que não faz mal a ninguém, quase domestico, que habita pelos parques, à frente do viandante... (JORNAL DO BRASIL, 1906).

A postura do jornal não é das mais receptivas com a vinda da típica ave parisiense, indicando que poderiam ter sidos escolhidas outras espécies no lugar dele, como o tico-tico, que segundo o jornal, é um inocente pássaro brasileiro, que já habitava os jardins cariocas antes dos pardais. A disputa entre o pardal e o tico-tico foi uma constante ao longo do debate, por serem pássaros semelhantes fisicamente, e o tico-tico ser uma ave nativa, serviu de argumento para muitos debatedores se oporem ao pardal, assunto que será tratado com mais detalhes mais à frente.

Exatamente uma semana depois, o mesmo jornal publica uma carta endereçada à redação do periódico, assinada por B. Vianna, esclarecendo informações que o jornal teria divulgado de forma equivocada:

Sr. Redactor do Jornal do Brasil- Em seu jornal de 11 do corrente, disse V. que a Prefeitura passada tinha adquirido grande quantidade de aves para povoamento de nossos jardins e entre estas pardaes. De parte do informante de V. houve engano: a verdade é esta: o meu amigo Sr. José Pinto Gomes, negociante desta praça, em visita a pessoa de sua família, em Portugal, resolveu trazer para o Rio de Janeiro estas aves e consultou o Dr. Júlio Furtado, diretor dos Jardins Públicos, se as poderia trazer sem onus para a prefeitura e este senhor attentiosamente aceitou a offerta. Assim, pois, hoje existe no Jardim do Campo de Sant'Anna grande quantidade de pardaes, os quaes serão soltos quando entender o Dr. Furtado (JORNAL DO BRASIL, 1906).

Além do Rio de Janeiro, há registros de que o pardal foi levado para São Paulo, a pedido de Garcia Redondo, em carta endereçada por ele próprio ao jornal *Correio Paulistano*, que a publicou em 12 de setembro de 1907:

Hontem, as 9 horas da manhã, soltei no Jardim Público da Luz, seis pardaes que mandei vir da Europa. Não eram seis, eram cincoenta os que deviam aqui chegar, mas a viagem, talvez a nostalgia da pátria, o ar muito iodado do mar ou essa algaravia de bordo que faz lembrar o Palácio da Confusão ou a Torre de Babel, assustou e matou quarenta e quatro, de sorte que só chegou aqui meia dúzia. Esses três casaes, que

brevemente se reunirão a outros que vou mandar buscar, hão de procriar, hão de multiplicar-se e, dentro de alguns annos, São Paulo contará entre os animais uteis, que já possui, mais um, que não possuía (CORREIO PAULISTANO, 1907).

Os ideais europeus de civilização não atingiram somente o Rio de Janeiro, São Paulo também recebeu pardais para enfeitar seus jardins públicos, como fica evidente no trecho acima. Garcia Redondo continua a carta relatando algo semelhante à carta da prefeitura do Rio enviada ao *Jornal do Brasil*, com preocupações a respeito dos “boatos” de que o pardal seria maléfico para a agricultura, mas que sua caça teria provocado resultados devastadores em outros países, pois sem os tais pássaros, as colheitas foram tomadas por larvas e gafanhotos. Assim como B. Vianna, que assinou a carta da prefeitura do Rio, Garcia Redondo também fez uma espécie de defesa prévia dos pardais, pedindo que o protejam, pois são úteis tanto para o embelezamento como para a agricultura, como ele diz na sequência da correspondência:

tem a apparencia de um tico-tico, mas as pernas e o bico são muito mais fortes. Não é lindo, mas é útil, e porque é útil, eu peço aos que me lêm que o protejam (CORREIO PAULISTANO, 1907).

E ainda complementa dizendo que a postura atual na maior parte da Europa é de respeito para com o pássaro:

hoje, o pardal é, na Europa, uma ave venerada. Ninguém lhe faz mal e nos jardins públicos toda a gente lhe atira migalhas. Nas cidades mais populosas eles andam familiarmente pelas ruas e praças (CORREIO PAULISTANO, 1907).

Argumento semelhante é usado por Plínio de Araújo no *Jornal do Recife* em 1916, em um artigo intitulado “A praga das lagartas”, onde o autor não cita nomes de naturalistas ou cientistas que estudam o caso, mas usa um exemplo concreto que aconteceu na Prússia no século XVIII, como está na passagem abaixo:

Os pássaros insectivoros prestam a lavoura serviços inestimáveis.
Para se julgar da utilidade dos passaros insectivoros na defesa das nossas culturas basta citarmos aqui o facto seguinte: Pelo meado do século 17, Frederico- o grandes exigências dos seus súbditos, mandou, por um decreto, extinguir os pardaes, como prejudiciais as lavouras.
Não se fizeram tardar os inconvenientes da desastrada medida. As searas, as arvores de fructos e todas as plantas, por amor das quaes foram sacrificados os pardaes, em breve viram-se devastadas pelos insectos e pelas larvas, e nem mais um grão, nem mais um fructo.
O erro foi emendado, revogar a lei e novos pardaes importados encheram os campos, voltando a alegria e a abundância (JORNAL DO RECIFE, 1916).

Fazendo uma observação mais atenta, percebe-se que o mesmo jornal, em uma distância de exatos dois meses, publicou opiniões diferentes a respeito da utilidade dos pardais. No dia 7 de fevereiro, o periódico publicou uma pequena matéria, uma seção intitulada “De tudo e para todos”, destinada a agricultores e criadores dos mais diversos tipos de animais, citando e concordando com a crítica feita por Rodolpho von Ihering aos pardais, utilizando adjetivos pejorativos ao se referir ao animal. Pouco depois, o mesmo jornal publicou um artigo de considerável extensão, de autoria de Plínio de Araújo, com uma opinião divergente a respeito do pássaro, como está exposto no trecho do artigo abaixo, continuando sua argumentação da seguinte forma:

A Austrália para proteger as suas plantações importou pardaes. E assim com o auxílio desta ave e de outros insectivoros, ficam as culturas garantidas e economizados capitaes que se gastam com a compra de aparelhos, drogas, etc, para combater as tremendas e vorazes lagartas e insectos exterminadores das nossas culturas. Entre nós são conhecidas diversas variedades de pássaros insectivoros que estariam hoje cooperando ao lado dos nossos agricultores na defesa de suas plantações se a mão criminosa dos nossos caçadores não lhes estivessem todos os dias, affugentando-os para as zonas desabitadas, ou destruindo-os por simples passa-tempo (JORNAL DO RECIFE, 1916).

Outra preocupação recorrente manifestada nos artigos, é com a caça recreativa que estaria ameaçando a fauna ornitológica do Brasil, e que seria uma atividade sem nenhuma função específica para conter uma população que estivesse em grande quantidade ou algo semelhante, sendo fruto de extração da plumagem de aves raras para exportação, ou mera atividade de lazer. Esta caça recreativa estaria colocando a vida dos pássaros e a perpetuação de suas espécies em risco (DUARTE, 2006). Além de Plínio de Araújo e Garcia Redondo, Olavo Bilac já tinha essa preocupação um pouco antes dos pardais chegarem ao Brasil:

já houve tempo, no Rio de Janeiro, em que o Corcovado e a Tijuca eram dous immensos aviarios... Que fim levaram esses pássaros cariocas? Debandaram, emigraram, aterrados, para fugir ás pedradas dos malvados e ás cargas de chumbo desses estúpidos caçadores, que se dedicam ao bestial prazer de ‘passarinhar’... Ainda não há muitos mezes, encontrei, no Corcovado, um sujeito que caçava. Não longe do sítio em que esse bárbaro se divertia em matar passarinhos, havia um letreiro com estas palavras: ‘É proibido caçar’. Mas, que valem posturas e letreiros, quando não há disciplina? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1904)

Neste artigo, intitulado “Os pássaros de Paris”, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1904, Olavo Bilac fala sobre como o pardal é o pássaro que melhor representa Paris, antropomorfizando a ave, atribuindo-lhe características humanas. Aqui o poeta brasileiro exalta

o verde e as árvores encontradas em Paris e nos seus arredores, e faz questão de citar que são florestas fruto do trabalho humano e não simples árvores rudes que cresceram naturalmente, são “florestas civilizadas” nas palavras de Bilac. Com os pardais a descrição é semelhante, diz o autor que os pássaros são bravos e destemidos, amam Paris porque a cidade lhes ama, representando a alegria da capital francesa. Como diz Bilac:

O pardal não compreende a vida fora de Paris. O pardal, nascido em Paris, não conhece os pardais de outras paragens. Para elle, o universo é este bocado de terra, que fica para cá das primeiras fortificações: para além, fica o mysterio, fica o deserto, fica o Nada. O pardal é *chauvin* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1904)

O amor dos parisienses com os pardais é tão grande que Olavo Bilac relata as migalhas de pães e biscoitos deixadas nas praças da cidade são uma forma de gratidão aos pássaros, como um ritual praticado por quem o autor denomina de adeptos da “religião do pardal”.

Como se percebe, o poeta brasileiro é também um adepto do pardal, atribuindo-lhe características muito positivas, como por exemplo, a de que é um pássaro sociável e civilizado, pois não foge ao convívio humano. Como salienta Jeffrey Needell em sua obra *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, Bilac é um dos grandes representantes da *Belle Époque* carioca, atacando as tradições típicas do Brasil colonial, festas e rituais extremamente sincréticos da cultura portuguesa cristã com as diferentes matrizes da cultura africana, que se faziam presente na virada do século XIX para o XX, práticas que Bilac abominava e tinha vergonha, pois na sua visão, denotava o “atraso” do Brasil na corrida das nações rumo à “civilização”.

Vale ressaltar que este artigo foi publicado em 1904, ou seja, muito provavelmente antes do pardal ter chegado ao Brasil. No entanto, a se considerar o discurso de exaltação que Bilac faz do pardal, de colocá-lo como representante de Paris, um ser altamente cosmopolita, pondera-se que o autor fez bom juízo a respeito da vinda das tais aves ao Brasil.

Assim como Olavo Bilac, João do Rio também é um considerado por Jeffrey Needell um dos homens que fizeram a *Belle Époque* carioca. Cronista e jornalista audaz, João do Rio defendia ideias diferentes das de Bilac, nada escapando ao seu senso de humor e ironia. João era inclusive um estudioso das religiões no Brasil, especialmente as de matriz africana, tendo escrito um livro a respeito disso, intitulado “As Religiões no Rio”. João do Rio publicou um artigo no *O Paiz* no dia 27 de abril de 1918, quando a polêmica em torno da alimentação

dos pássaros estrangeiros estava sendo discutida pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e os jornais, principalmente os da capital do país, deram intensa cobertura ao caso.

Neste artigo, o audacioso cronista alternou entre, ora uma análise psicológica a respeito do anima, de modo semelhante ao que Bilac fez, ora solta frases irônicas, fingindo estar com pena do pardal, isso tudo de forma a tentar estabelecer um diálogo com o pássaro. No geral, ele classifica a ave como cínica, egoísta e extremamente urbana, como aparece no trecho a seguir, onde João do Rio fala com o pardal que pousa perto da sua janela:

Mas esse pequeno bicho granívoro é essencialmente, fundamentalmente o symbolo volátil do urbanismo. Pardal significa cidade, grande cidade. Elles são a expressão alada das grandes urbes, os garotos do ar. Tenho a certeza de que um pardal só vai a roça quando não é possível deixar de ir. Mas volta immediatamente. O seu *habitat* é a arvore illuminada a luz electrica, o asphalto das avenidas percorridas pelos automóveis, os lugares onde há palácios e gente elegante. A idea de que os pardaes mudaram para a zona rural, só porque o prefeito quer que lá plantem- é absurda (O PAIZ, 1918).

Em outro trecho o cronista diz o seguinte:

O pardal é cynico, petulante, e não dá importancia a pessoa alguma, sendo civilizadíssimo e inteligentíssimo (O PAIZ, 1918).

João do Rio dá características semelhantes às que Bilac usou em seu artigo sobre como o pardal era uma ave tipicamente parisiense e urbana acima de tudo, sendo civilizada porque seria uma ave que não foge ao contato com o ser humano. No entanto, João ironiza os conceitos de civilizado e inteligente, pois o cronista não atribui impressões muito positivas sobre o pássaro, utilizando adjetivos para demonstrar que o pardal, muito provavelmente não seria nada daquilo que os adeptos da *Belle Époque* e dos estrangeirismos imaginavam, mas sim, que os pardais não estariam dando nenhuma importância para as imaginações e devaneios dos seres humanos sobre o pássaro.

Mas a frente no artigo, João do Rio ironiza as mudanças da reforma Pereira Passos:

Que seria, deuses, o Rio sem pardaes? Aquella mesma antiga cidade colonial e triste de há vinte anos, sem a difusão, sem a circulação arterial desse excitante quasi toxico que se poderia denominar *citadina* (O PAIZ, 1918).

E também não deixou de associar a polêmica dos pardais aos estrangeirismos:

– Tudo, caro pardal, porque há tempos nos Estados Unidos houve a guerra aos pardais. Estamos com americanite aguda (O PAIZ, 1918).

O cronista cita ainda que o naturalista Buffon, ainda no século XVIII já salientava a petulância e a inutilidade deste pássaro, e João aproveita para citar o ilustre naturalista, e em francês, na intenção de que o pardal desse mais ouvidos as suas palavras, por ser supostamente, na sua língua natal. Apesar de toda a discussão em torno da ave, o autor diz que o animal não aparenta estar preocupado, como demonstra a fala do cronista:

– Está V. ahi com esse seu ar impertinente, e nem sequer imagina o barulho que vai por sua ‘causa’. Há pelos jornais cascatas de tinta, arrastando argumentos contra a sua miserável raça. E na Sociedade de Agricultura, tendo um cavalheiro descoberto que V. prejudicava plantações e colheitas que antes da sua existência por cá, nunca tinham existido, estão a discutir o meio não de realizar as plantações mas de exterminar os pardaes (O PAIZ, 1918).

No final do artigo o pardal responde em tom de deboche:

Excelente cidadão, já me informei. É uma história para encher temo, apenas. Amanhã, não se lembram mais. Como o tal de Buffon, eles passarão e nós ficaremos. Porque o pardal não seria o pardal se não continuasse... (O PAIZ, 1918).

Diferentemente do artigo de Olavo Bilac, que foi publicado provavelmente antes dos pardais serem trazidos para o Brasil, o artigo de João do Rio foi publicado em abril de 1918, no ápice das discussões sobre o pardal na SNA, onde diversas pessoas já haviam escrito e/ou opinado a respeito da contenda.

4.2 A comissão de debate na Sociedade Nacional de Agricultura

Em 1918, houve um grande debate em torno dos possíveis malefícios ou benefícios provocados pelos pardais na agricultura. Participaram do debate pessoas das mais diversas áreas; médicos, jornalistas, naturalistas, cronistas, dentre outros. Nomes como João do Norte (Gustavo Barroso), João do Rio, Rodolpho von Ihering, participaram da discussão através de artigos publicados na imprensa, que por sua vez, deu cobertura das discussões que estavam ocorrendo durante os primeiros meses de 1918, trazendo notícias quase que diariamente sobre o desenrolar da comissão na SNA. O jornal *O Paiz*, trouxe notícias nos dias 27 de março; 3,6, 17 e 24 de abril. E *O Imparcial*, teve notícias a respeito nos dias 9,19 e 28 de março; 10,17,19

e 24 de abril, 19 de maio e 25 de agosto. Outros jornais também noticiaram alguns acontecimentos, mas de forma dispersa e sem continuidade.

Foi aberta uma comissão na SNA, para analisar os pássaros que seriam nocivos e os que seriam benéficos para as lavouras, bem como formas de combater os que fossem prejudiciais. Na linha de frente dos pássaros supostamente maléficos às plantações, estava o pardal, que vinha sendo alvo constante de reclamações de agricultores fluminenses, argumentando que o pássaro estaria devorando as sementes de cereais, afetando assim, a produção. Esta notícia do periódico O Paiz, de 3 de abril de 1918, explica bem a situação que se desenrolava nas sessões da SNA:

Na última reunião da directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, o Dr. Aristides Caire fez-lhe uma interessante comunicação sobre uma nova praga que estava a prejudicar extraordinariamente a nossa lavoura de grãos, a cultura de cereaes – o pardal. O Dr. Aristides Caire assignalou a acção malfazeja do interessante pássaro, trazido do velho mundo pelo saudoso prefeito Pereira Passos com o fim de alegrar com as suas revoadas a Avenida Rio Branco, então Central, e as praças, jardins, avenidas e ruas do centro desta capital.

O Sr. Correia Defreitas discordou da classificação com que o Dr. Caire se referiu á acção daminha dos pássaros referidos, fazendo-lhe sincera e ardorosa apologia. Narrou o ex-deputado paranaense os serviços prestados pelo pássaro na prophylaxia das plantas, devorando insectos malfazentes e lagartas prejudiciaes, asseverando que, por estudos feitos há tempo, em logares que precisou, se verificou que a produção diminuiu na razão directa da intensificação da campanha contra os pássaros [...]

O problema passou, assim, a ser controvertido. As razões do Dr. Caire e as razões do Sr. Defreitas chocaram-se. De um lado pedia-se uma campanha contra os pardaes; de outro, advogava-se uma campanha a favor dos pardaes .

O Sr. Miguel Calmon resolveu com sabedoria e elegancia o assumpto que se lhe propunha, nomeando uma comissão, na qual incluiu os Srs. Defreitas e Caire, para estudar a questão da utilidade ou da prejudicialidade do pardal com relação á agricultura. E confessou o illustre presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que os argumentos do Dr. Caire lhe impressionaram vigorosamente, mas que lhe haviam tocado muito aos seus sentimentos affectivos a intensa e sincera cordialidade com que o Sr. Defreitas defendeu, com um zoophilismo muitissimo louvavel e nobre, a sympathica causa dos pardaes (O PAIZ, 1918).

Como menciona a notícia, Aristides Caire e Correia Defreitas, lideraram as discussões ao longo da comissão com debates acalorados, segundo as notícias que ia aparecendo nos jornais, dia após dia, como no exemplo abaixo:

Na sessão de hontem, um novo testemunho foi trazido: o do dr. Carlos Bourroul, de São Paulo, que insiste também no prejuizo trazido pelos pardaes, que, ao que parece, já se estenderam até lá; levantando-se contra elle apenas o sr. Correa Defreitas, mais emotivo do que pratico, e cuja opinião foi combatida pelos srs. Caire e Henrique Silva (O IMPARCIAL, 1918).

A notícia acima evidencia a presença de pessoas convidadas pelos participantes da comissão, para discursarem ou darem depoimentos sobre o objeto de discussão, como é o caso de Carlos Borroul, médico paulista que se graduou com a tese “Mosquitos do Brasil”, e se debruçou sobre as questões da patologia e da microbiologia. Outro participante ativo nos debates da SNA, foi Bruno Lobo, que contribuiu para a discussão levando um mapa usado no Egito sobre os pássaros que seriam prejudiciais ou benéficos para a agricultura. Isto foi noticiado em vários jornais ao longo da contenda, como no *O Imparcial*, em 17 de abril:

Por proposta do sr. Bruno Lobo, que oferece á Sociedade um exemplar do mappa dos passaros uteis e nocivos usado no Egypto, em todas as escolas, mappa affixado no salão da reunião, foi dada maior amplitude aos trabalhos da comissão incumbida de estudar a utilidade ou nocividade dos pardaes, á qual foi attribuida a tarefa de examinar e dizer sobre a utilidade e a nocividade de todos os nossos passaros (O IMPARCIAL, 1918).

Inicialmente a comissão tratava somente do pardal, porém com o andamento das discussões, passou-se a querer averiguar as contribuições ou prejuízos que os pássaros brasileiros, de uma maneira geral, poderiam dar para as plantações.

Os argumentos utilizados ao longo do debate foram os mais diversos e de diferentes naturezas, com debatedores se valendo de estudos e posicionamentos de naturalistas europeus e americanos (no intuito de dar maior respaldo ás argumentações), imagens idílicas da natureza dos pássaros (seriam seres inofensivos e de forma alguma prejudiciais), bem como o uso da controvérsia xenófoba, que o pardal seria naturalmente ruim e prejudicial por ser estrangeiro. Esta última forma de argumentação contra o pardal raramente se deu de forma aberta e declarada, mas pode ser facilmente notada através dos adjetivos desqualificativos e chauvinistas de se referir ao típico pássaro parisiense.

Alexandre de Albuquerque em um artigo publicado no *O Paiz* em 1918, resume muito bem os tipos de argumentação levantadas no debate e tece algumas considerações sobre elas:

As accusações aqui formuladas contra o alado chalrador, podem classificar-se em tres grupos:

- De caracter jacobino
- De caracter sentimental
- De caracter agricola

Não tem fundamento serio as accusações de caracter jacobino.

Condemna-se o pardal porque é estrangeiro. Não é uma razão, e não chega a ser uma verdade.

O simples facto de ser estrangeiro não é crime, mas de mais a mais, os pardaes que ahi saltitam e esvoaçam são tão bons brasileiros como a maior parte dos cidadãos brasileiros.

Estrangeiros eram os primeiros pardaes que vieram da Europa. Estes que ahi existem foram nados e creados no Brasil, e já devem ser filhos de outros pardaes tambem aqui nados e creados. Nada mais brasileiro.

Igualmente pouco valem as acusações de character sentimental. Os pardaes atacam os tico-ticos? Assumpto bom é esse para poetas e chronistas piegas... O que era preciso era demonstrar a utilidade do tico-tico, em confronto com a do pardal, e não perder tempo com lamurias inúteis (O PAIZ, 1918).

Como pode-se analisar no trecho acima, o autor não demonstra nenhum apreço às considerações sentimentais, a exemplo do que Correia Defreitas fazia, e tampouco dava importância às questões referentes à origem do pássaro, tentando argumentar ainda que os pardais que já tinham se aclimatado ao Brasil, se tornaram brasileiros. Na parte final do artigo, Alexandre de Albuquerque tece algumas considerações sobre as influências do pássaro na agricultura:

Sérias e dignas de ponderação são as acusações de character agricola, tanto mais que ha já quem afirme que elles são tão nefastos como a sauva [...]

Para se chegar a um resultado concludente e scientifico, fóra de fantasias sentimentaes e de ignorancia do vulgo, importa:

2º Importar mais pardaes da Europa, para um grande viveiro, que sirvam de base a um estudo comparativo com os pardaes já acclimatados.

3º Caçar pardaes durante toda a roda do anno, na estação das chuvas e na das secas, para lhe fazer autopsias, até se averiguar se no papo apenas se encontra grão, ou tambem insectos (O PAIZ, 1918).

Este artigo é um dos mais completos e objetivos de toda a polêmica. Sem abusar da ironia ou do sentimento idílico em relação à natureza, Albuquerque tece reflexões a favor do pardal, mas sempre justificando seu ponto de vista e deslegitimando e criticando os tipos de argumentos que estão sendo colocados por outros debatedores, e reiterando que no ponto de vista dele, só interessam os argumentos que se relacionam a função que o pássaro pode cumprir no serviço da agricultura. Para completar a discussão ele ainda propõe alternativas para se descobrir a natureza granívora ou insetívora do pardal e o que fazer após descobrir isto.

Não se sabe exatamente como a comissão terminou, qual foi a conclusão à qual ela chegou, pois depois de maio os jornais deixaram de noticiar sobre o caso. O que se sabe é que a rejeição ao pardal aumentou nos anos seguintes, como pode-se observar em livros de

naturalistas e divulgadores da ciência, como Rodolpho von Ihering e Eurico Santos. Na verdade, Ihering é um dos primeiros a se envolver na polêmica dos pardais, com artigos publicados desde 1914 no *Estado de São Paulo* e em seus livros “Contos... de uma naturalista com o envolvimento na discussão com Garcia Redondo, que foi um defensor do pássaro parisiense, possivelmente um dos responsáveis por trazer a ave para São Paulo, além da crítica de Ihering em seu último livro “Dicionário dos Animais do Brasil”. Eurico Santos, promove em sua obra “Pássaros do Brasil”, no tópico sobre o pardal, uma incansável recusa ao pássaro:

O pardal é perseguidor de todos os outros pássaros, turbulento, teimoso e intrometido. Antipático, pois, por essas qualidades, é ainda um inimigo das culturas, comendo todas as espécies de sementes. Graça não lhe vemos e os seus tuí-tuí acabam por enfasiar (SANTOS, 1940).

Santos atribui aos pássaros características da moral humana, e coloca como ponto secundário em sua argumentação, a questão do pardal ser prejudicial à agricultura. Além disso, o autor também criticou o pássaro estrangeiro por estar “incomodando” as aves nativas:

Moveram uma guerra sem tréguas a arqui-graciosa *cambaxirra* e ao confiante *tico-tico*, duas simpáticas entidades do mundo alado, que pareciam enviados diplomáticos das aves para entabolar com os homens um tratado de paz. Familiares e confiados nos propósitos pacíficos de sua missão, o *tico-tico* não se afastava dos arredores das habitações humanas, entoando loas, e a *carriga*, saltitante e bicuda, vinha, numa expansão de confiança colocar seus ninhos ao beiral dos telhados (SANTOS, 1940).

Um dos pássaros que estariam sendo “perseguidos” pelo pardal, é o tico-tico, que foi tido muitas vezes, como o animal mais atingido pela vinda do pardal, tema este que será tratado no tópico a seguir.

4.3 A disputa entre o pardal e o tico-tico

O debate intelectual entre os defensores do pardal e os defensores do tico-tico se deu principalmente através dos jornais, desde a chegada do pássaro exótico, até a década de 1940. O embate se fez presente em vários momentos, aparecendo mais nitidamente em 1918, no debate da SNA a respeito das aves úteis e prejudiciais para as plantações, e por volta de 1940 e 1941 no contexto da ditadura do Estado Novo e da II Guerra Mundial.

Os críticos do pardal, frequentemente se utilizavam do tico-tico, para se contraporem ao pássaro estrangeiro, atribuindo a ave brasileira características cínicas,

considerando-a como de boa índole e inofensiva aos outros animais, ao contrário do pardal, que supostamente colocava os seus ovos em ninhos de outras aves, além de ter hábitos agressivos e briguentos.

De modos gerais, os defensores do tico-tico exaltavam a pequena ave nativa argumentando que a bondade e inocência características desse pássaro, que apesar de parecer em tamanho e coloração da plumagem com o pardal, era muito diferente nas características morais, segundo os “advogados” do tico-tico.

Não somente o tico-tico era utilizado com a intenção de deslegitimar o pardal, outros pássaros comuns e peculiares da fauna brasileira eram mencionados como no trecho já exposto do livro de Eurico Santos. No entanto, o pássaro que era sempre lembrado e na maioria das vezes, mencionado em primeiro lugar, era o tico-tico, como se vê na passagem abaixo, do jornal *O Imparcial*:

Se o Rio de Janeiro precisava de passaros que lhe alegrassem as arvores, não havia necessidade de ir tão longe para encontrá-los. Nós tínhamos aqui, o tico-tico, o cardeal, o curió, o bico-de-lacre, o pica-páo, o canção, o bicudo, a patativa, o tiê, a pipira, o João-de-Barro, o corrupião, a viuvinha, o vim-vim, o xexéo, a maria-já-é-dia, o avinhado, a cambaxirra, o gurinhatú, o azulão, o colleiro, e cada um desses podia, sem grande trabalho das autoridades municipaes, repovoar as nossas florestas e parque. Por que, pois, abandonar os passaros nossos patricios, para intensificar o povoamento das arvores com uma avesita incapaz de compreender a nossa Natureza? (O IMPARCIAL, 1918).

Como se pode observar, o autor da notícia cita uma infinidade de pássaros nativos em alternativa ao pardal, para povoar os jardins da Capital Federal, mas a primeira que foi mencionada, coincidentemente, foi o tico-tico. Exemplo parecido se deu, em um artigo de Leôncio Correia, publicado em 1940 na *Gazeta de Notícias*:

Onde andam os alegres tico-ticos, tão nossos, tão brasileiros, tão filhos desta terra carioca onde, agora, apenas chocôam, bandos de pardaes importados? E os nossos pintassilgos? E as nossas sairás? E os nossos colibris? Esses, e mais os outros passaros que foram o enlevo dos olhos e nacos de frutas nas arvores passadas? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1940).

Aqui o autor deixa exaltar um tom nacionalista, desdenhando do pardal por ser estrangeiro e glorificando os pássaros nativos utilizando a 1ª pessoa do plural e pontos de interrogação, talvez no intuito de fazer com que os leitores se lembrassem e se identificassem com os pássaros por ele citados, em um tom saudosista.

Interessante notar, que havia uma revista destinada ao público infantil, criada em 1905 por Luís Bartolomeu de Souza e Silva denominada *O Tico-Tico*. A revista era repleta de pequenos textos, histórias, quadrinhos, tirinhas, passatempos, onde havia notícias e matérias

sobre geografia, história, artes, literatura e também lições de civismo através das histórias. Foi a primeira revista exclusivamente direcionada para o público infanto-juvenil no Brasil. Em várias edições, a revista publicou poemas ou pequenas histórias que versavam ou tinham o pardal como tema, ou ainda sobre a rixa entre o tico-tico e o pardal. A revista assim se anuncia no jornal Gazeta de Notícias em 1941, provocando o pardal e utilizando-o como referência, para definir a postura moral da revista, como está no trecho abaixo:

O *Tico-Tico*, revista infantil genuinamente brasileira, como o nosso *tico-tico*, ave ingenua e meiga, vem sofrendo a concorrência de um aluvião de pardaes impressos, perigosos e dissolventes. Entre as chamadas publicações infantis que envenenam a mocidade patricia, o *Tico-Tico*, é claro, não se inclui. Em seus trinta e cinco anos de existência jamais se lhe apontaram manifestações, contra a moral, o civismo e os bons exemplos... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1941).

A propaganda do periódico infantil faz comparações no mundo animal, entre o tico-tico e o pardal, de disputa já conhecida, para se situar no campo do mercado editorial como supostamente os algozes do pardal imaginam que o tico-tico se encontrou na presença do pardal, ou seja, ameaçado e vitimado. *O Tico-Tico* compara os pardais às publicações infantis que seriam perigosas às crianças, que não ensinassem lições de civismo e moral e que não fossem patriotas. E, ao longo das edições da revista, são muitos os exemplos em que o pardal é colocado como “vilão” e “culpado”, por isso foram selecionados alguns trechos em que isso se mostra mais evidente, como no trecho abaixo da historinha chamada “O melro secretário e o pardal” de 1929:

Alguem, que achou isso bonito, mandou engaiolar uma porção de pardaes, e os trouxe para o Brasil, onde é tão linda e tão maravilhosa a avifauna que tão poucos conhecem, e menos apreciam!

O pardal, sabendo que é verdadeiro o dictato da ‘gallinha do vizinho, que é mais gorda do que a minha’... tornou-se orgulhoso e insupportavel, não perdendo occasião de humilhar os nossos passaros nativos.

E os canarios da terra, tão lindos, da côr do sol... e os cardeaes vermelhos como carmin e os sahis, côr de saphira... o sanhaço, o gaturamo, a cambaxirra, os colibris dourados, a patativa de canto mavioso, e o célebre sabia, com seu assobio tão humano... tudo fugiu para longe das cidades, onde não havia mais logar para a gente da terra!!!

Os pardaes multiplicaram de maneira assombrosa, e... querendo ficar donos da terra, não se contentam em destruir os jardins e os pomares. Elles acabaram com as nossas borboletas, devorando os casulos, sem dó nem piedade! E agora, enxotam os passarinhos, o encanto e alegria das nossas campinas!

E si algum apreciador de passaros, guarda com carinho um raro exemplar da alada orchestra, o pardal, despeitado, belisca e debica o cantor aprisionado (O TICO-TICO, 1929).

Mais uma vez, nota-se o pardal assumindo a figura de vilão, e o tico-tico como vítima, pois estaria perdendo seu lugar natural para a ave que veio de longe, e em contrapartida tecendo elogios as aves nativas, que seriam portadoras de plumagens coloridas e cantos

melodiosos e estariam perdendo terreno para uma ave “invasora”, pois nota-se que o autor coloca os pardais como ansiosos de se tornarem “donos da terra”. O pássaro asiático seria ainda responsável pela destruição das borboletas, dos jardins e da alegria dos outros passarinhos, devastando tudo que vê pela frente. Situação parecida acontece na pequena história “O tico-tico e o pardal”, publicada em 1933, acrescentando as rolinhas e sanhaços como vítimas da ferocidade e malícia do pardal. Segue um trecho da historinha:

Não pede licença – Tem labia – o manhoso – oh! se o tem! como dizia o meu amigo Sergio Ortiz – maliciosamente. E dahi a velha história do sujeito que é ladino, espertalhão, ter o qualificativo de Pardal.

O bichinho é finório mesmo. Entra pelas hortas, come as sementes calmamente, sem ligar ao feio espantinho. Nas chácaras, quintaes, ele entra sem cerimonia e sem licença das meigas rolinhas e sanhaços. Quando menos se espera – eil-os – victoriosos – senhores de tudo. Pobre Tico-Tico, doce e singelo! [...]

Quando o astuto Pardal chegou às plagas cariocas, assenhoreou-se dos quentes e macios ninhos dos tímidos Tico-Ticos, copiando desta forma a história régia de digno filho de D. Maria I. O bucólico Tico-Tico desapareceu, assim, da vida da cidade, mas, ficou eternamente gravado no coração da petisada carioca (O TICO-TICO, 1933).

Fica evidente nestes trechos, a intenção da revista, de colocar o pardal como a representação de tudo o que não se queria, como forma de lição moral para as crianças da época. Tudo o que fosse proibido ou errado de se fazer, característico de pessoas tidas como más, era representado pela figura do pardal, que era o estrangeiro que, por sua capacidade de se reproduzir facilmente e habitar geralmente as áreas urbanas, estaria tomando lugar dos pássaros nativos.

Não somente na revista O Tico-Tico esse sentimento de aversão ao pardal é mostrado. Nos livros de Eurico Santos, um jornalista divulgador da ciência, também faz representações - que chegam a ser em alguns casos- xenóforas, sobre os pardais. Rodolpho von Ihering, em sua obra também faz algumas considerações em sua obra “Dicionário dos animais do Brasil”, de que o pardal seria um bicho “indesejável”, e que foi um enorme erro para a agricultura tê-lo trazido para o Brasil, haja vista que nos Estados Unidos, já haviam sido publicados extensos trabalhos sobre os prejuízos que este pássaro causara.

Ainda sobre o tico-tico, há uma tirinha muito interessante, na revista como o mesmo nome do pássaro, publicada em 1933, com o título “O Tico-Tico (o pardal)”, que será reproduzida na íntegra logo abaixo, para que o leitor possa ter uma noção ainda mais apurada de como a revista tratava da disputa entre os dois pássaros:

O TICO-TICO

(O pardal)



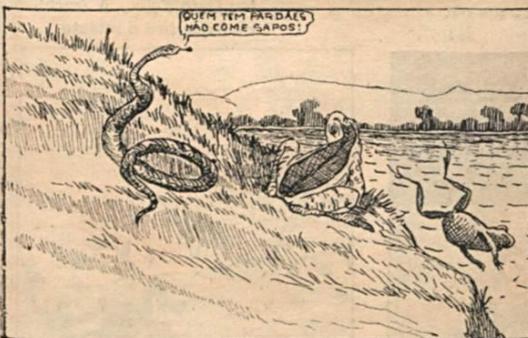
Estavam tranquilos o tico-tico e o socó, quando viram de um navio portuguez...

...sahir uma nuvem de pardaes. Esses passarinhos exóticos, mal chegaram, puzeram-se a...



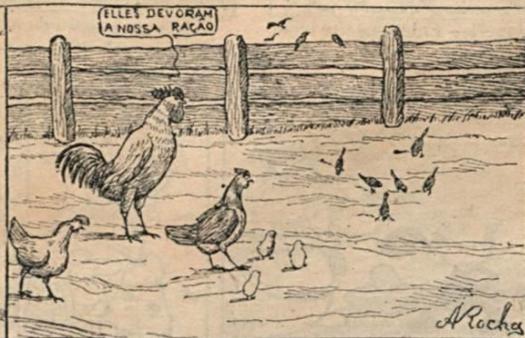
...perseguir e enxotar para longe o tico-tico genuinamente...

...carioca. Hoje não se vê mais um só exemplar deste velho...



... amigo das crianças de outr'ora. Em compensação os gatos...

...gaviões, cobras dão-lhe caça sem treguas. E', porém, tão...



...grande o seu numero que não se nota diminuição. Os meninos faltam á escola para, armados de atiradeira,...

...caçarem o pardal. A criação domestica é a sua victima, porque elles lhe devoram a ração.

VEJAM NO PROXIMO NUMERO — PANDARECO, PARACHOQUE E VIRALATA. E' UM ENCANTO O LIVRO "NO MUNDO DOS BICHOS", A VENDA

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe ao longo do trabalho, a elite republicana desejava dar uma nova roupagem ao Brasil, e principalmente as cidades, que na visão cosmopolita do século XIX seriam a representação máxima da civilização. Há toda uma preocupação em fazer com que as principais capitais brasileiras, em especial as portuárias, ganhem ares europeizados e dignos de ser bem quistos no mundo civilizado da época, no caso, a Europa. O fator interessante, e aqui utilizando a expressão de Sevcenko, o Rio de Janeiro se tornou a “capital do arrivismo”, ou seja, todas essas mudanças promovidas pela prefeitura e pelo Governo Federal da época, foram realizadas de forma abrupta e sem qualquer discussão com a sociedade. Foi uma “solução” imposta, pois, a elite não desejava saber quais seriam os anseios da população, visto que era primordial, na visão de boa parte dos intelectuais, médicos e engenheiros naquele momento, a necessidade modernizar o Brasil.

Em linhas gerais, foi uma tentativa de imposição de um modo de vida por parte da elite brasileira. Seja no quesito habitacional com as devastações de cortiços e na construção das vilas operárias que moldavam toda uma dinâmica de vida dos trabalhadores; seja no quesito cultural com a proibição de festejos populares como o entrudo; ou ainda na questão moral com a proibição de certas vestimentas em determinados locais públicos. Também em questões de saúde pública, como foi a obrigatoriedade da vacina contra a febre amarela, sem que houvesse nenhuma explicação para a população de como seria e do que se tratava aquele procedimento. Neste caso, a intenção era de controlar as constantes epidemias que assolavam a então Capital Federal, no entanto, a forma impositiva de agir das autoridades, fez com que o processo de vacinação revoltasse a população que já vinha tendo outros motivos para protestar.

O desejo de transpor a Europa para o Brasil era intenso, e por isso, inclusive a natureza europeia queria-se recriar aqui, transformando nossas cidades em “Parises tropicais”, com a revoada de pardais. Interessante notar que Olavo Bilac faz um apontamento muito revelador de sua época no artigo “Os pássaros de Paris”, quando diz que até a natureza e as florestas que cercam a capital francesa, não seriam florestas que cresciam naturalmente, sem a interferência do homem. Ao contrário, seriam florestas frutas do trabalho humano, “florestas civilizadas”, nas palavras do escritor. A partir dessas considerações de um entusiasta da Belle Époque, pode-se concluir que a civilização era considerada então, uma construção humana, ao contrário da natureza, que seria bruta e não trabalhada, e precisava que o ser humano a modificasse. Então, muito provavelmente, a ideia de recriar espaços de natureza nos jardins e

parques dos Rio de Janeiro, seria uma influência dessa ideologia, na qual caberia ao ser humano criar os espaços da natureza, mas de forma que esta remetesse ao civilizado e higiênico.

Como este é um trabalho que envolve a História Social, a História Cultural e também a História Ambiental, tratando de uma intervenção humana na natureza, no caso a introdução de pardais no Brasil, que fazia de um projeto de civilização, no qual a recriação da natureza em ambientes urbanos fazia parte deste projeto. Pela contribuição de referenciais de vários campos da História e por conta do contato com a Biologia neste trabalho, primou-se pela interdisciplinaridade, como coloca Drummond (1991), uma das referências nos estudos de História Ambiental no Brasil, “A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar”, e por entender que a natureza, assim como a sociedade possui historicidade, ao afirmar-se que a concepção de natureza mudou radicalmente ao longo da história, além de ser a própria natureza algo em constante mutação. Ao tratar historicamente de discussões ocorridas em torno de um animal que foi transportado para outro continente (e conseqüentemente outro habitat) e as transformações que este causou em outro ambiente que não era o seu habitat natural, como foi o caso da influência dos pardais na agricultura, que foi discutida pela comissão da SNA. Mais do que isso, tratou da forma como a notícia dos pássaros foi recebida na imprensa e em parte da comunidade científica, mostrando que houveram divergências por inúmeras razões e que o fator cultura (no sentido que tinha naquele contexto), foi determinante para a aceitação ou rejeição do pássaro.

Questões pertinentes na atualidade que este trabalho pode apresentar, seja talvez por conta do recente surto de febre amarela que houve principalmente na região sudeste do país, e o fato de outras doenças tropicais ainda causarem epidemias, principalmente a dengue. E isto acaba sendo reflexo do tipo de moradia e das regiões onde se constroem casas nas grandes cidades, muitas vezes na beira de córregos ou em barrancos prestes a desabar, tudo isso fruto de processos de urbanização não planejados. Outro ponto a se destacar é que neste ano, completa-se o centenário do ponto alto da discussão da utilidade dos pardais para a agricultura, que foi a comissão da SNA, nos primeiros meses de 1918.

Este é um trabalho que dá margem a outras possibilidades e temas de pesquisas futuras, tanto na área da História, como das Ciências Biológicas e afins. Talvez estudos sobre outros animais ou plantas que foram introduzidas no território brasileiro, pelas mesmas razões do pardal ou por outras diferentes, no mesmo período ou não, bem como as reações que causaram na sociedade e no meio ambiente, possam ser futuros objetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: Formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte, 2006. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6X4NU4>>, acesso em 30 de maio de 2018.

ARRAIS, Raimundo. Da Natureza à Técnica: A capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: DANTAS, George; FERREIRA, Ângela Lúcia. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890- 1940). Natal: Editora UFRN, 2006.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON. Déa Ribeiro (org.) **Cidades**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, Um Haussmann Tropical**: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.

DANTAS, George *et al.* A difusão do termo “cidade-jardim”: Algumas questões sobre o processo de transferência de modelos urbanísticos no Brasil. In: DANTAS, George; FERREIRA, Ângela Lúcia. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: Editora UFRN, 2006.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. IV, n.8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, Austin, Texas, EUA, v. 41, n.1, p. 3-26, 2006.

ENCYCLOPEDIA OF LIFE. **House Sparrow** (*Passer domesticus*). Disponível em: <<http://eol.org/pages/922241/overview>>, acesso em 10/junho/2018.

FERREIRA, Marcela Costa. **Distribuição geográfica no Brasil e parâmetros reprodutivos de pardais (*Passer domesticus*) nativos e introduzidos**, 2017. Dissertação de mestrado-Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23084>>, acesso em 10/junho/2018.

LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.

- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo** (De comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- NEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PADUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 81-101, 2010.
- PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social, 1860-1930**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SICK, Helmut. **Ornitologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1988.

FONTES

1. Hemerográficas

- Architectura no Brasil. Edição 0029, 1926, pág. 37.
- Correio Paulistano. 12/setembro/1907, pág. 5.
- Correio Paulistano. 26/janeiro/1919, pág. 1.
- Gazeta de Notícias (RJ). 31/julho/1904, pág. 1.
- Gazeta de Notícias (RJ). 8/março/1941, pág. 3.
- Jornal do Brasil. 11/dezembro/1906, pág. 3.
- Jornal do Brasil. 18/dezembro/1906, pág. 4.
- Jornal do Recife. 7/fevereiro/1916, pág. 3.
- Jornal do Recife. 27/abril/1918, pág. 2.
- O Combate (SP). 30/julho/1921, pág. 2.
- O Imparcial (RJ). 9/março/1918, pág. 4.
- O Imparcial (RJ). 19/março/1918, pág. 7.
- O Imparcial (RJ). 10/abril/1918, pág. 4.
- O Imparcial (RJ). 17/abril/1918, pág. 5.
- O Paiz (RJ). 27/março/1918, pág. 2.
- O Paiz (RJ). 3/abril/ 1918, pág. 2.
- O Paiz (RJ). 11/abril/1918, pág. 9.
- O Paiz (RJ). 17/abril/1918, pág. 3.
- O Tico-Tico. 5/junho/1929, pág. 30.
- O Tico-Tico. 22/fevereiro/1933, pág. 11. (História em quadrinhos)
- O Tico-Tico. 24/junho/1934, pág. 12.

2. Artigos de jornais

ALBUQUERQUE, Alexandre de. Uma colônia processada. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 24 abr. 1918, pág. 1.

ARAÚJO, Plínio de. A praga das lagartas. **Jornal do Recife**. Recife, 7 abr. 1916, pág. 1.

BARBOSA, Plácido. O processo dos pardaes. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 23 abr. 1918, pág. 4.

BILAC, Olavo. Os pássaros de Paris. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1904, pág. 1.

CORREIA, Leôncio. Árvores e pássaros. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 7 jan. 1940, pág. 7.

IHERING, Rodolpho von. A guerra aos pássaros. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, 17 abr. 1918, pág. 4.

NORTE, João do. Os pardaes. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 mai. 1918, pág. 1.

RIO, João do. O pardal. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1918, pág. 1.

3. Livros

IHERING, Rodolpho von. **Contos... de um naturalista**. São Paulo: Editora Brazão, 1924.

IHERING, Rodolpho von. **Dicionário dos animais do Brasil**. São Paulo, 1940.

SANTOS, Eurico. **Pássaros do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet. & Cia., 1940.